



Anais da Assembléia

Nº 09

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Calto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dufflio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1995

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Publiesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o seguinte Senhor Deputado: Sérgio Spada (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 071/95, do Senhor Cláudio Nunes do Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça, comunicando da decisão liminar proferida pelo Ministro Octávio Gallotti, Presidente do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.195-2-PR, que suspendeu os efeitos da alínea "d" do item I do artigo 118 da Constituição do Estado do Paraná, desvinculando, portanto, os reajustes de vencimentos dos magistrados e membros do Ministério Público. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 079/95, do Senhor Cláudio Nunes do Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando que seja encaminhado àquele Tribunal os anteprojatos de Leis, que se encontram nesta Casa. Ao Conhecimento da Casa.

Sob os nºs CTL/SEEG 054, 055 e 056/95 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Leis nºs :

080/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que dispõe que ficam proibidas, no Estado do Paraná, a utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna ameaçada de extinção, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que impliquem nas atividades proibidas, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.067. Anote-se - Arquite-se.

444/94: De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato que, denomina "Doutor Hermann Moraes de Barros", o viaduto da PR-323, no perímetro urbano da Cidade de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.068. Anote-se - Arquite-se.

293/93: De autoria do Deputado Nelson Garcia que considera Área Especial de Interesse Turístico, a localidade de Santo Paiquerê, situado às margens do Rio Goio-Érê, divisa dos municípios de Mariluz e Alto Piquiri, no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.069. Anote-se - Arquite-se.

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Unidade - Gabinete da Reitoria

Ofício nº 124/95

Cascavel, 23.02.95

Senhor Presidente.

Tendo em vista as declarações do Professor Ubaldo Martini Puppi, Presidente do Conselho Estadual de Educação, esclarecemos os seguintes fatos:

01. A Constituição Federal em seu Artigo 207 garante a autonomia da Universidade;

02. A Constituição Estadual em seu Artigo 180 reafirma a autonomia da Universidade;

03. O Parecer nº 137/94, de 05.08.94, do Conselho Estadual de Educação que aprovou, por unanimidade, o pedido de reconhecimento da UNIOESTE; aprovou também o plano de expansão que prevê a implantação de 13 novos cursos (dentre os quais os que estão sendo implantados agora) para o período de 95/99, em qualquer data deste período, bastando que a Universidade tenha as condições de implantação, o que o go-

verno do Estado está garantindo com a liberação dos recursos necessários;

04. A Resolução nº 071/94, de 06.10.94 da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia que homologa o Parecer nº 137/94 do CEE;

05. A Portaria nº 1784 de 23.12.94 do Ministério da Educação e do Desporto que reconhece a UNIOESTE tendo em vista o Parecer nº 137/94 do CEE, portanto, acolhendo o plano de expansão que prevê a implantação dos novos cursos;

06. O Plano de Ação UNIOESTE/94, aprovado pelo Governo do Estado em 15.04.94 que serviu de base para o Parecer nº 137/94-CEE e que também prevê a implantação dos novos cursos com a garantia dos recursos necessários pelo Governo do Estado;

07. O Estatuto e o Regimento Geral da UNIOESTE, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, decretado pelo Governo do Estado e aprovado pelo Ministério da Educação e do Desporto; que garante a autonomia da Universidade para criar e implantar cursos de graduação segundo critérios próprios observada a legislação vigente;

08. Reunião do Conselho Universitário (órgão máximo da UNIOESTE) em 13.02.95 que aprovou por unanimidade de seus conselheiros a criação e implantação dos cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Química, Medicina e Odontologia, distribuídos nos quatro campus que compõem a UNIOESTE.

09. Declarações do Professor Ubaldo Martini Puppi, Presidente do CEE, em diversos órgãos de imprensa em que afirma:

9.1. O CEE desautorizou a realização dos cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia, da UNIOESTE.

9.2. Quem está fazendo o Vestibular para estes cursos está perdendo tempo.

9.3. Estes cursos não estão autorizados pelo CEE.

9.4. Os cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia são cursos inexistentes.

9.5. Etc...

Temos a informar a V. Exa. que o Professor Ubaldo Martini Puppi mente descaradamente quando fala em nome do CEE, uma vez que em nenhum momento este egrégio Conselho manifestou-se em relação aos atos praticados pela UNIOESTE. Ao contrário, o CEE ao aprovar o processo de recebimento da UNIOESTE, reconheceu também a maturidade da Instituição possibilitando a conquista da autonomia no reconhecimento da Universidade pelo MEC.

Não sabemos o que leva este Senhor a caluniar a UNIOESTE através dos órgãos de imprensa, prejudicando o excelente traba-

lho que vem sendo realizado em parceria da Universidade com o Governo do Estado e toda a sociedade cestina, contando com inestimável ajuda das Universidades de Maringá, Ponta Grossa e Londrina.

Solicitamos, encarecidamente ao nosso Deputado que nos auxilie a resolver este problema para que, todos juntos, possamos caminhar no sentido da consolidação definitiva de nossa UNIOESTE.

Certos da atenção e colaboração de V. Exa., despedimo-nos mui

Atenciosamente,

Salé das Sessões, em 06.03.95

(a) MARCOS VINÍCIUS PIRES DE SOUZA

Reitor

OFÍCIO Nº 068/95

Curitiba, 06.03.95.

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente, para encaminhar a Vossa Excelência, relação dos Deputados do PDT, que passarão a integrar as Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, como Membros Efetivos e Suplentes.

Cabe ressaltar que as indicações seguiram os critérios de proporcionalidade, em consonância com o Regimento Interno desta Casa.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

(a) VALDIR ROSSONI

Líder do PDT

COMISSÕES PERMANENTES - INDICAÇÕES DO PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- Membros Efetivos: Walmor Trentini
Valdir Rossoni
Antônio Belinati

- Suplentes: Edno Guimarães
Algaci Túlio
Nelson Tureck

COMISSÃO DE FINANÇAS

- Membro Efetivo: Milton Pupio
- Suplente: Edno Guimarães

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

- Membro Efetivo: Walmor Trentini
- Suplente: Edno Guimarães

COMISSÃO DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO

- Membro Efetivo: Edno Guimarães
- Suplente: Milton Pupio

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

- Membro Efetivo: Milton Pupio
- Suplente: Edno Guimarães

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

- Membro Efetivo: Walmor Trentini

- Suplente: Antônio Belinati

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

- Membro Efetivo: Milton Pupio

- Suplente: Luiz Acorsi

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Membro Efetivo: Edno Guimarães

- Suplente: Algaci Túlio

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

- Membro Efetivo: Luiz Acorsi

- Suplente: Antônio Belinati

COMISSÃO DE REDAÇÃO

- Membro Efetivo: Walmor Trentini

- Suplente: Milton Pupio

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

- Membro Efetivo: Luiz Acorsi

- Suplente: Algaci Túlio

COMISSÃO DE TURISMO

- Membro Efetivo: Nelson Tureck

- Suplente: Walmor Trentini

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

- Membro Efetivo: Algaci Túlio

- Suplente: Edno Guimarães

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA

- Membro Efetivo: Antônio Belinati

- Suplente: Valdir Rossoni

Indicação:

INDICAÇÃO

Os Deputados que o presente subscrevem, indicam, para ocupar a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, o Deputado NELSON JUSTUS.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(aa) ANIBAL KHURY, JOSÉ MARCOS ALVES DOS SANTOS, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, HERMAS BRANDÃO e EDUARDO LACERDA TREVISAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 003/95, que objetiva extinguir cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para a Proposição n° 117/94, item n° 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Doutor Rosinha, Caíto Quintana

REQUERIMENTO N° 197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões do item 04 da Ordem do Dia (06.03.95).

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 196

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM a retirada da Ordem do Dia de hoje da Proposição n° 116/94, veto apostado ao Projeto de Lei n° 390/94, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que trata de alterações e acréscimos à lei do ICMS (Lei n° 8.933/89).

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(aa) ROSSONI, ÉLIO RUSCH, CEZAR SILVESTRI, e LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por dez (10) sessões, da Proposição n° 119/94, item 11 desta Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 200

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem e no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, requerem a criação e constituição de Bloco Parlamentar Municipalista no âmbito desta Casa, com a finalidade de promover estudos, debates e acompanhamento das políticas setoriais e globais do interesse do desenvolvimento sistêmico e orgânico das comunidades locais, municípios e do Estado

do Paraná; bem como desenvolver outras atividades correlatas.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(aa) TOTI COLAÇO

LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamiento: Nereu Alves de Moura, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Renato Adur, Irondy Pugliesi, Orlando Pessuti, Eduardo Lacerda Trevisan, Rossoni, José Tavares, Duílio Genari, João Techy Filho, Caíto Quintana, Algaci Túlio, Edno Guimarães, Albanor Gomes, Geraldo Cartário, Sâmis da Silva, Élio Rusch, Reny Borsatto e Edson Silva Lino.

REQUERIMENTO N° 206

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem e no uso de suas atribuições regimentais, e depois de ouvido o douto Plenário, REQUEREM a constituição do CONSELHO PARLAMENTAR DO SUL e no âmbito desta Casa, com a finalidade de promover estudos, debates, intercâmbios e outras atividades correlatas no sentido de fazer representar este Poder nas comissões e atividades do interesse do Estado do Paraná no contexto dos Estados do Sul do Brasil - Membros do referido Conselho - bem como do MERCOSUL, e nos termos dos Protocolos, Acordos e Estatutos assinados entre as Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná sobre o teor assinalado, sete membros.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(aa) ALGACI TÚLIO, ORLANDO PESSUTI, LUIZ CARLOS ZUK, TOTI COLAÇO, NELSON GARCIA, NEREU ALVES DE MOURA e LUIZ CARLOS MARTINS

Apoiamiento: Cesar Seleme, Élio Rusch, Augustinho, Zucchi, Cezar Silvestri, José Maria Ferreira, Joel Coimbra, Rossoni, Carlos Simões e Antônio Annibelli

REQUERIMENTO N° 212-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Comissão Executiva que seja retificado o prazo de instalação da CPI do Porto de Paranaguá, conforme art. 36, § 3º, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 212

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais, que o presente subscrevem, com fundamento no art. 62, VI, § 3º, da Constituição do Paraná e art. 36 do Regimento Interno, REQUEREM a constituição de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, integrada pelo número de 07 (sete) membros, com a duração de 120 (cento e vinte) dias de trabalhos e destinada a

apurar as irregularidades na administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(aa) IRINEU COLOMBO, NELSON GARCIA, EMERSON NERONE, LUIZ ACCORSI, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ CARLOS ZUK, RENY BORSATTO, EDGARD BUENO, BETO RICHIA, EDNO GUIMARÃES, JOSELITO CANTO, BASÍLIO ZANUSSO, CESAR SELEME, NELSON JUSTUS, DUÍLIO GENARI, AUGUSTINHO ZUCHI, ANTONIO ANNIBELLI, GERALDO CARTÁRIO, CARLOS SIMÕES, ÂNGELO VANHONI, EDSON SILVA LINO, RICARDO CHAB, ALGACI TÚLIO, ANTONIO BELINATI, NELSON TURECK, ÉLIO RUSCH, MILTON PUPIO, ROSSONI, CEZAR SILVESTRI, WALMOR TRENTINI, NEIVO BERALDIN, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI e DOUTOR ROSINHA.

JUSTIFICATIVA:

Esta Assembléia Legislativa, na legislatura passada tentou pela iniciativa de Parlamentares da então oposição, investigar as denúncias de irregularidades na administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, mas a então maioria governista impediu que uma adequada investigação fosse realizada.

As denúncias levantadas pela imprensa vão desde o sumiço de material, o aluguel de equipamento que não é utilizado, compra de material sem os devidos processos licitatórios, manuseio de vultosas verbas de propaganda para serem destinados a outras campanhas estranhas aos interesses portuários, além de polêmicos contratos de drenagem da bacia e a costumeira falta de planejamento nas ações administrativas da APPA.

Por outro lado, sabe-se que uma verdadeira indústria de reclamações trabalhistas tem prosperado, fazendo com que as obrigações trabalhistas e previdências daquela administração constitua-se em verdadeira "caixa preta", tal é o volume das dívidas que a APPA tem na Justiça Trabalhista.

A constituição de uma CPI tem também como propósito, não só apurar as irregularidades constatadas, mas levantar dados idôneos para conhecer-se a realidade da política portuária que vem sendo sustentada pelo Governo Estadual, como concessão federal destes serviços. A iminente conclusão da FERROESTE e a premente necessidade de modernidade do Porto de Paranaguá, não permitem mais que se façam investimentos sem que se tenha um processo transparente, para controle dos mesmos e comprovação de sua real necessidade. Ainda mais é imperioso, que como fiscais do povo, possam os Parlamentares descobrir a verdade sobre as condições de navegabilidade e assoreamento da Baía de Paranaguá. Somente por este aspecto justificar-se-ia uma CPI. Todavia, os novos tempos também

exigem que além da realidade que se queira conhecer, é imperioso que responsabilidades sejam apuradas, sem o que não serão corrigidas as distorções que se sucedem governo após governo com o Porto Paranense.

Finalmente, é de ser destacado que com a política de privatização, já anunciada e sendo elaborada pelo Governo Federal, deve o Paraná estar bem informado quanto a questão da privatização dos portos, e também neste aspecto é rara a oportunidade que uma CPI, terá para investigar a questão e colocá-la em discussão nesta Assembleia. A importância do Porto de Paranaguá é indiscutível, mas no momento histórico em que o MERCOSUL passa a exigir uma estrutura ágil e suficiente para atender a crescente demanda, é também imperioso que os preços dos serviços portuários possam competir com a realidade internacional. Assim, só conhecendo as verdadeiras dimensões e problemas estruturais e administrativos dos nossos portos, estaremos em condições de decidir sobre os seus destinos.

REQUERIMENTO N° 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, depois de ouvir o soberano Plenário, a consagração nos Anais deste Poder, de voto de louvor ao Dr. Abdo Aref Khudry, Diretor Presidente do Diário Popular, pelo aniversário deste diário, ocorrido no dia 04 do corrente.

Requer ainda seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06.03.95

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O "Diário Popular", sob a direção segura de seu Diretor Presidente, Dr. Abdo Aref Khudry, tem dado, no correr de sua existência, demonstração de seu jornalismo avançado, informando nossa população e ao mesmo tempo dando apoio e cobertura a eventos beneméritos e em favor da verdade.

Dirigido com habilidade e desassombro, o "Diário Popular" faz parte integrante da vida paranaense, pelo dinamismo de suas publicações.

REQUERIMENTO N° 180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa votos de congratulações à Escola de Samba "Unidos da Ponte", da Cidade do Rio de Janeiro.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Presidente da Escola, Edson Tessier por intermédio da Li-

ga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 06.03.95

(a) EDUARDO LACERDA TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Foi com imensa satisfação que a população paranaense presenciou no último carnaval as homenagens prestadas por essa Escola de Samba "Unidos da Ponte" com o enredo "Paraná, esse Estado leva a sério meu Brasil", que enaltece a nossa terra e o nosso povo mostrando as belezas aqui existentes e valorizando a história do nosso querido Paraná.

Parabenizamos em nome do povo paranaense a todos os integrantes dessa Escola e a comissão organizadora pela brilhante homenagem prestada.

REQUERIMENTO N° 195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações cumprimentando o esportista José Carlos Fucuta, pelo registro no "Guinness Book" (Livro dos Recordes) do primeiro torneio de sinuca por equipes, na categoria interclubes do Brasil, realizado em maio de 1992, no Country Club de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06.03.95

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 209

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Jornal "Diário Popular", pela comemoração, no dia 04 de março p.p., dos seus 32 anos de fundação e circulação ininterrupta.

Sala das Sessões, em 06.03.95

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 04 de março, o Jornal "Diário Popular", comemorou 32 anos de fundação. A satisfação daquele veículo de, ao longo desse tempo, ter conseguido pautar suas metas num jornalismo sério, no compromisso com a verdade e na contribuição ao desenvolvimento da imprensa do Paraná, é compartilhada por todos nós.

Dirigido pelo competente e dinâmico jornalista Abdo Aref Khudry, também presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná, o Jornal "Diário Popular" chega aos 32 anos com uma marca invejável: 9.527 edições.

Modernamente equipado, o DP chega, diariamente, às mãos de milhares de paranaenses avidos pelas informações sérias e corretas cotidianamente veiculadas por

aquele jornal.

Por ocasião de mais um aniversário do DP, esta Casa deve registrar, nos seus Anais, o reconhecimento ao impecável papel desempenhado por aquele veículo na vida do nosso Estado e, principalmente, sua colaboração ao desenvolvimento da imprensa em geral.

REQUERIMENTO N° 211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de voto de congratulação à Universidade Estadual de Ponta Grossa, como entidade mantenedora do Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) Álvaro Augusto da Cunha Rocha, citado como um dos melhores do País em reportagem do Caderno "Cotidiano" da Folha de São Paulo, do dia 13 de fevereiro de 1995.

O referido Centro Educacional Álvaro Augusto da Cunha Rocha é mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e ocupa uma área de 4.740 m², possuindo 486 alunos distribuídos do maternal à 5.ª série, 33 professores e 22 oficinas pedagógicas. Dentre as principais atividades realizadas pelo Centro estão os cursos ministrados, encontros, seminários, excursões e visitas externas.

Conforme dados da própria Universidade, os 486 alunos que estudam em período integral formam grupos de trabalho entre si, visando equilibrar as dificuldades de cada um, em um sistema onde as crianças ajudam-se mutuamente. Semanalmente são escolhidos o aluno que cronometra as atividades, aquele que relata as experiências em um livro, etc...

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento ao Magnífico Reitor Dr. Carlos Roberto Merhy, na sede da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sito na Praça Santos Andrade, s/n°, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.03.95

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 178

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de intensificar o policiamento na Rua Francisco Otto, localizada no bairro Boa Vista. O pedido está sendo feito pelos moradores da localidade, os quais solicitam que o Módulo Móvel passe mais vezes na citada rua, uma vez que o local está se tornando muito perigoso.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público no Conjunto Partênopo, na cidade de Campo Largo.

Indicamos dois locais a escolher:

- 1 - Rua F, em frente ao Mercado Partênopo.
- 2 - Rua D, em frente à sede da Associação dos Moradores.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A população do Conjunto Partênopo tem grande dificuldade de comunicação, haja vista a quase inexistência de telefones públicos na região, e que a população é de baixa renda.

REQUERIMENTO N° 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Roberval Borges Correa, Diretor Regional da Empresa de Correios e Telégrafos, solicitando a instalação de uma caixa coletora para correspondências à Rua Soldado Francisco Pereira dos Santos, 205, Moradias Potiguara, em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da região têm dificuldades em enviar correspondências em função da ausência de caixa coletora nas redondezas.

REQUERIMENTO N° 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Roberval Borges Correa, Diretor Regional da Empresa de Correios e Telégrafos, solicitando a instalação de uma caixa coletora de correspondências à Rua Londrina, em frente ao n° 65, Vila Coutinho, Siqueira Campos, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Os moradores desta região têm que andar muito para enviar suas correspondências em função da ausência de caixa coletora nas proximidades.

REQUERIMENTO N° 185

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO, no sentido de atender os pedidos feitos pelos moradores da Rua Paraíba, proximidades do nº 66 - Jardim Jalisco, os quais solicitam manutenção das valetas, tendo em vista que o esgoto corre a céu aberto causando um mau cheiro insuportável.

Solicitam também antipó nessa rua, uma vez que a mesma encontra-se intransitável. Se não for possível, pelo menos que passe a máquina e seja colocado saibro. Os moradores pedem que os pedidos sejam atendidos, tendo em vista que eles sentem-se abandonados pela Prefeitura de Colombo.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 186

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de resolver o problema da falta de telefone público à noite no Bairro Santa Quitéria, mais especificamente aos moradores da Rua Professor Brasília Ovídio da Costa. Ocorre que há um aparelho instalado na Mercearia e Bar Nossa Senhora da Paz, localizada nas proximidades, porém durante à noite a mesma fica fechada e os moradores ficam desprovidos desse benefício, dificultando a vida de todos.

Face o exposto, solicita-se a instalação de um aparelho nas proximidades, ou até mesmo que o telefone existente seja colocado fora daquele ponto comercial.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de esclarecer à Sra. Leozir Rolim, residente à Av. João Gualberto nº 1313 - 3º andar ap. 316 - Alto da Glória, quanto a instalação do aparelho telefônico adquirido através da Fone-Sul.

Afirma ela que já quitou o pagamento, o prazo para instalação era dezembro de/94 e até a presente data o mesmo não foi instalado. Ela já entrou em contato com a TELEPAR, porém não lhe são dadas explicações satisfatórias.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua São Felipe, próximo ao nº 47 - Cajuru. A situação encontra-se crítica e é necessário providências urgentes.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais afirmam que o mau cheiro é insuportável e que se não for possível realizar a implantação da rede, é preciso desligar a rede que localiza-se um pouco acima da citada rua, uma vez que a mesma também está causando problemas.

Maiores informações com a Sra. Roseni de Oliveira pelo telefone 266-0134.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 189

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de determinar a presença de um policial de trânsito para ajudar aos alunos do Colégio Estadual professor Cleto a atravessarem a rua, bem como para cuidar da segurança desse estabelecimento de ensino.

O pedido está sendo feito pelos pais de alunos, tendo em vista o local ser bem movimentado, podendo ocorrer acidentes.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor Jaime Lerner - Governador do Estado, solicitando a inclusão do Município de Campo Mourão no programa de Vilas Rurais.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a economia do Município de Campo Mourão é essencialmente baseada na agricultura e na pecuária, sendo de fundamental importância a implantação de um núcleo da Vila Rural em Campo Mourão, nos moldes do Governo do Estado, em muito contribuirá com permanência do homem do campo em seu local de origem, labutando pela manutenção de seu quinhão de terra,

contribuindo com a produção de alimentos.

REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência, que seja oficiado o Exmo. Senhor Secretário da Fazenda, Doutor MIGUEL SALOMÃO, para o que segue:

1 - Expor a Vossa Excelência que:

- a) a Lei nº 9.166 de 27/12/89, aprovada nesta Casa de Leis, garante aos contribuintes do IPVA-Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - a faculdade de, na hipótese de pagamento à vista (parcela única), gozar de redução de 30% do imposto devido (art. 6º);
- b) por delegação legal, o Secretário da Fazenda Gláucio Gears, expediu em 29/12/94, a instrução SEFA nº 13/94-IPVA, em cujo item 5 (da forma e prazos de pagamento) dispunha que o pagamento do IPVA poderia ser feito, atualizado monetariamente, sem multa e juros, até a data do licenciamento, previsto em tabela anexa ao próprio instrumento legal, cujos prazos, vinculados às dezenas identificadoras de final de placas, foram estabelecidos de forma distribuída entre as datas 13/03/95 e 27/12/95;
- c) também por delegação, o Secretário da Fazenda do atual Governo do Estado do Paraná, Miguel Salomão, expediu em 07/02/95, a instrução SEFA nº 14/95-IPVA, em cujo item I estabeleceu que "o IPVA poderá ser pago integralmente, em parcela única, sem juros, até o dia 10/03/95, com redução de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido";

2 - Informar a Vossa Excelência que:

- a) a alteração levada a efeito pela Portaria SEFA nº 14/94 - IPVA, representa uma redução dos prazos existentes, gerando, como consequência, ônus financeiro ao contribuinte;
- b) considerando que vivemos um momento de restrição de crédito, tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas, que são o universo dos contribuintes;
- c) considerando que a publicidade das normas legais tem alcance limitado e que já foram feitos estudos na instrução SEFA nº 13/94 - IPVA;
- d) considerando que, em consequência, muitos contribuintes poderão deixar de ter acesso ao desconto previsto em lei;
- e) considerando que a decisão baixada por portaria atinge 1,1 milhão de contribuintes no estado;
- f) considerando que a tabela II da citada portaria estabelece o BANESTADO como

rede arrecadadora e, numa única data (10/03/95) não terá a instituição, no nosso entender, condições de dar o atendimento a 1,1 milhão de contribuintes.

3 - Requer a esta Presidência, oficial à Secretaria de Estado da Fazenda, a responder, com brevidade, às indagações seguintes:

- a) quais as razões que motivaram tal alteração, que criam transtornos aos contribuintes, informando a esta Presidência dados sobre a arrecadação, incremento das receitas e quanto, mês a mês, seria a arrecadação com base na portaria SEFA nº 13/94 - IPVA;
- b) se o BANESTADO tem estrutura arrecadadora suficiente para adequadamente atender os contribuintes;
- c) se será dada a devida publicidade da medida como forma de evitar dissabores aos contribuintes os reais mantenedores da máquina pública.

Contando com a sua valiosa apreciação, em defesa do contribuinte paranaense, subscreve.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Engenheiro Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, Dr. Celso Fernandes Ribeiro, solicitando em atendimento aos usuários da Malha Rodoviária Federal, especificamente a BR 376, trecho que liga o município de Ponta Grossa à Maringá, agilização na sua recuperação.

As chuvas contínuas em nosso Estado deixaram o trecho em questão, em péssimas condições de tráfego, possibilitando a ocorrência de acidentes, motivos pelos quais, solicitamos providências.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado, Dr. Candido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a construção e instalação de um Módulo Policial, na região de Cianortinho, Município de Cianorte.

A região compreende mais de 10 (dez) Conjuntos Habitacionais, num total de 5.000 famílias. A única Delegacia de Polícia está localizada no centro da cidade, a mais de 8.000 metros de distância, o que

dificulta o sistema de segurança daquela localidade.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Coronel Daniel Cezar Mainguê, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

- 1 - Por quê da retirada dos telefones celulares, das Kombis do Projeto Povo?
- 2 - Que destino se dará às linhas e aparelhos?
- 3 - Quantos telefones já foram desativados pelo não pagamento das contas?
- 4 - Como será feito o policiamento, cujo Projeto leva o nome do Povo?

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Dr. Armando M.B. Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando:

- 1 - Quais são os hospitais do Paraná credenciados pelo Sistema Único de Saúde?
 - 1.2 - Informar a especialidade de cada um, número de leitos credenciados e localidade (cidade).
- 2 - Qual o montante pago a cada hospital nos últimos 06 (seis) meses, respectivamente, para o atendimento ambulatorial e internamentos?
- 3 - Qual é o percentual da população que está sendo internada em cada município (relação AIH/população).
- 4 - Quais foram os hospitais descredenciados nos últimos seis meses e qual a razão?
- 5 - Qual a situação do Hospital que era administrado pela ITAIPU Binacional?
 - 5.1 - Quem o administra atualmente?
 - 5.2 - Tem sido feito auditorias médico-administrativa em tal hospital?
 - 5.3 - Qual sua capacidade técnica?

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Solicito tais informações com o objetivo de obter subsídios para a nossa atuação em defesa do SUS.

Periodicamente o SUS tem sido atacado por setores ligados às empresas médicas com o objetivo de obter mudanças na legislação.

REQUERIMENTO N° 192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

- 1 - Informar se houve ou não contratação de empresa de engenharia e/ou de construção para a execução das obras do canal de alívio das cheias do Rio Iguaçu;
- 2 - Em caso afirmativo, informar se tal contratação se deu segundo as normas legais para licitação de obras de engenharia;
- 3 - Caso tenha havido licitação, anexar cópia do edital, do orçamento-base, das propostas apresentadas pelos licitantes e da decisão da comissão julgadora da licitação;
- 4 - Caso tenha havido dispensa de licitação, apresentar a justificativa escrita, com citação dos dispositivos legais em que se embasou tal decisão; e
- 5 - Apresentar cópia do contrato celebrado com a empresa de engenharia e seus anexos obrigatórios (projeto, especificações, orçamento e cronograma físico-financeiro).

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas são necessárias para subsidiar estudos que estamos realizando sobre as enchentes do rio Iguaçu.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 004/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo 1° - Fica instituído o Prêmio de Jornalismo Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que será outorgado, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado, ao comunicador, ao publicitário e ao jornalista, que realizarem matéria em sua respectiva área sobre a problemática da mulher na sociedade contemporânea.

Artigo 2° - Para os efeitos desta lei considera-se tema referente à problemática da mulher na sociedade contemporânea, aquele que:

I - tratar da condição da cidadania da mulher, afirmando seus direitos, garantias individuais e dignidade;

II - tratar dos preconceitos, da violência e da legislação discriminatória que pesa sobre a mulher;

III - tratar da contraposição a valores que sujeitam a mulher à vida doméstica

e que a subordinam à figura masculina; e,
IV - tratar da transformação e evolução da mulher nas suas relações de trabalho e em sociedade.

Artigo 3º - O prêmio será conferido mediante proposição de qualquer deputado, obedecendo os procedimentos dispostos nesta lei.

§ 1º - As indicações dos deputados restringir-se-ão a apenas uma categoria, devendo ser encaminhadas por escrito e protocoladas na Diretoria de Atividades Culturais desta Casa, até o dia 15 de Dezembro de cada ano, antecedente ao da outorga do prêmio.

§ 2º - A Mesa Diretora ou a Comissão Representativa desta Casa de Leis, nomeará comissão com a finalidade de julgar as indicações e escolher os vencedores nas respectivas categorias, que será constituída por personalidades especialmente designadas de entidades destacadas na luta pelos direitos e contra a opressão da mulher.

§ 3º - A comissão de que trata o parágrafo anterior terá prazo até o dia 25 de fevereiro do ano subsequente as proposições dos parlamentares para entregar à Mesa Diretora o resultado final apontando os vencedores.

§ 4º - Para os efeitos do contido no § 2º, a comissão julgadora será nomeada no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo a que se refere o Parágrafo 1º.

§ 5º - O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulgará o resultado final e o constituirá objeto de resolução.

Artigo 4º - Publicada a resolução, o Presidente procederá a outorga do Prêmio, em solenidade especial, para a qual serão expedidos convites a representantes de entidades sindicais vinculadas à área de comunicação, representantes de entidades ligadas à questão da mulher, personalidades, comunicadores, publicitários e jornalistas, bem como representantes da comunidade

Parágrafo Único - O prêmio de que trata a lei será outorgada por ocasião do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, na semana de sua comemoração, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado.

Artigo 5º - O prêmio será registrado em livro especial, onde constará, detalhadamente, as causas da outorga, a síntese do trabalho vencedor e os dados biográficos do autor premiado.

Artigo 6º - Constituirá o prêmio de um Diploma ao Mérito em papel pergaminho, contendo impressos as Armas e Símbolos

Oficiais do Estado do Paraná, as razões do premiado, sua respectiva categoria, data e identificação nominal do premiado manuscrito: e ainda, de um troféu especialmente confeccionado para tanto.

Artigo 7º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Três são os motivos fundamentais que nos conduzem a apresentar esta proposição legislativa.

O primeiro, parte do pressuposto de que o papel conquistado pela mulher na sociedade contemporânea é fruto de sua ação arrojada e perseverante, transformadora da estrutura social e das relações interpessoais, tencionadora de valores e preceitos seculares. Um reconhecimento que, apesar de necessário, é apenas uma das facetas de uma luta constante, que ainda encontra empecilhos em diversas fatias da sociedade, que cultivam a imagem feminina atrelada a uma figura dócil, servil, doméstica e desamparada, inepta a emitir opiniões e idéias, mas glorificada para o lar e a maternidade. Um reconhecimento que resgate e revigore o seu papel enquanto sujeito social e cidadão.

O segundo, parte da importância do papel que os veículos de comunicação desempenham nesta contemporaneidade, formando opiniões, difundindo dados e informações, e estimulando o imaginário dos indivíduos. Um papel que pode se constituir num instrumento indispensável para a conscientização e respeito da realidade da mulher na vida em sociedade e nas relações de trabalho, favorecendo a sua evolução, fertilizando o debate, enfim, gestando espaços coletivos de reflexão.

E, o terceiro, é a oportunidade que dispomos através desta iniciativa de também podermos homenagear e reconhecer a figura da mulher paranaense, de indispensável papel no cotidiano de todos nós, principalmente quando, pela primeira vez na história de um agora menos conservador Paraná, temos a honra de contarmos com uma mulher, como vice-Governadora do Estado.

Por que exemplo mais robusto da força da mulher no dia a dia de todos nós?

A mulher paranaense dá exemplo e mostra que aqui no Paraná a figura feminina está a ocupar os espaços que o conservadorismo machista a impedia até há pouco.

A convergência destes três valores amalgamados num prêmio de Jornalismo é o propósito fundamental deste projeto de resolução. Com isso, procuramos laurear os

comunicadores, publicitários e jornalistas que venham a contribuir neste processo de conscientização e questionamento a respeito do cotidiano da mulher na comunidade. Ao premiá-los, anualmente, a Assembleia Legislativa do Estado estará promovendo também os veículos de comunicação que os acolhem.

Queremos que este Prêmio seja um justo reconhecimento ao trabalho dos profissionais da área da comunicação social e um incentivo para que se publicasse uma imagem desmistificada da mulher, em contraposição a da "mulher objeto" ou "mulher dona-de-casa" que historicamente vem se reproduzindo sem se reproduzindo através dos tempos e que ainda, infelizmente, grassa no cotidiano da maioria de todos nós.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/95
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica suspensa, com base no inciso XXVIII, do artigo 54, da Constituição Estadual, o item "1", da Resolução nº 14/05 de 07 de fevereiro de 1995, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Artigo 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento: Ricardo Chab, Renato Adur, José Tavares, Antonio Annibelli, Irondy Pugliesi, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Dr. Rosinha, Durval Amaral, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi, Albanor Gomes, Irineu Colombo e Geraldo Cartório.

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de impedir uma redução de prazo e evitar prejuízos ao contribuinte paranaense, a Assembleia Legislativa apresenta o presente Projeto de Decreto Legislativo, em conformidade com o inciso XXVII do artigo 54, da Constituição Estadual, que fala da competência do Poder Legislativo para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação Legislativa.

Assim sendo, é urgente que a medida contida neste Projeto de Decreto Legislativo seja amparada pelos Membros deste Poder, favorecendo, com Justiça e Legalidade, o contribuinte do Estado do Paraná.

"LEGALIDADE DO PRAZO PARA PAGAMENTO
DO IPVA - COTA ÚNICA
REDUÇÃO DE 30% (TRINTA POR CENTO)
DO IMPOSTO DEVIDO

INSTRUÇÃO SEFA Nº 14/95 - IPVA

P A R E C E R:

1 - Em 07 de fevereiro de 1995, o Sr. Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, fez publicar a Instrução SEFA nº 14/95 - IPVA, onde, no seu item "1", altera o subitem 5.2.3 da Instrução SEFA nº 13/94, dando-lhe a seguinte redação:

"O IPVA poderá ser pago integralmente, em parcela única, sem juros, até o dia 10 de março de 1995, com a redução de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido".

A decisão do Sr. Secretário em determinar data única para pagamento em parcela única, tem sido colocada em dúvida, quanto a sua validade, ante ao sistema Jurídico vigente.

O presente trabalho pretende, sucintamente, analisar este aspecto da Decisão da Administração Fazendária do Estado do Paraná.

2 - O procedimento de recolhimento do IPVA, no Estado do Paraná é regulamentado pelo art. 8º, da Lei nº 8925, de 18 de dezembro de 1988.

Este artigo 8º teve inúmeras alterações efetivadas, precipuamente, através das Leis 10664/93 e a 11017/94, determinando que sua atual redação seja a seguinte:

"Art. 8º - O local, os prazos e a forma de pagamento serão fixados em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda, observando-se:

I - O tributo deverá ser obrigatoriamente recolhido junto à rede bancária oficial do Estado, ficando a critério da Secretaria de Estado da Fazenda firmar convênios com outros estabelecimentos de crédito para recolhimento nas praças desprovidas de agência bancária de rede oficial do Estado.

II - Para o caso previsto no inciso IV do § 1º, do art. 2º, o IPVA terá seu vencimento no dia da ocorrência do fato gerador, podendo ser pago, atualizado monetariamente, sem multa e juros;

a) até a data do licenciamento adotada pelo Órgão Estadual de Trânsito;

b) até a data fixada na instrução a que se refere o "caput", para as embarcações.

III - O pagamento do imposto poderá ser feito em até três parcelas iguais;

IV - no pagamento integral do imposto em parcela única, no prazo regulamentar, será concedida uma redução de 30% (trinta por cento) do valor devido"

3 - Se o "caput" do artigo define que os prazos e a forma de pagamento serão fixados por Instrução da SEFA, também, determina que esta deverá observar o que dispõe os incisos e, para o caso, especificamente o II, alínea "a" e o III.

Temos, portanto, uma delegação legislativa delimitada.

O inciso II, com a redação dada pela Lei nº 11017/94, recém-aprovada, determina que o vencimento do IPVA será no dia 01 de janeiro de cada ano, data do fato gerador, atendendo o que dispõe o inciso IV, do § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.925/88.

Portanto o vencimento do IPVA, a princípio se efetivou em 01 de janeiro.

Entretanto, no mesmo inciso, editado com a sua alínea "a", consigna que o IPVA pode ser quitado, atualizado monetariamente, sem multa e juros, até a data do licenciamento adotada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

4 - A redução, de 30% (trinta por cento), do imposto devido, de acordo com o inciso IV, do art. 8º, será concedida no pagamento integral, no prazo regulamentar.

Do expressado pela lei, fica manifesto que a redução do imposto devido será (deverá ser) concedido, sendo, portanto uma obrigação da Administradora, e não uma faculdade, por consequência, um direito do contribuinte, em obter o "benefício fiscal", quando quitar o IPVA, dentro do prazo estabelecido, em parcela única.

5 - Do supra contido, fica definido que a discussão se resume em determinar qual é o prazo regulamentar para o pagamento do IPVA.

Seria o definido na instrução, ou, então, aquele determinado para a data do licenciamento, adotada pelo Órgão Estadual de trânsito.

6 - Ora o art. 8º, II, "a", expressa que o prazo de pagamento será estabelecido na instrução, contudo, observando que o IPVA poderá ser pago, sem multa e juros, até a data do licenciamento, atendendo o prazo determinado pelo DETRAN.

Ou melhor interpretando, até a data determinada para o licenciamento do veículo é o PRAZO REGULAMENTAR, pois só a partir desta data é que pode incorrer as penalidades acessórias de multas e juros; e, estas penalidades só podem ser impostas quando alguém deixa de quitar tributo no prazo regulamentar.

Este é, também, acreditem, o entendimento da própria Secretaria do Estado da Fazenda, pois a TABELA III, da instrução SEFA nº 13/94 - IPVA, que não foi alterada, contando no seu cabeçalho: 'IPVA/95 - TABELA DE PRAZO PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA OU DA PRIMEIRA PARCELA.'

E nesta TABELA define os prazos de licenciamento dos veículos automotores, que se iniciam em 13 de março até 21 de dezembro de 1995, de acordo com a dezena final da placa do veículo.

7. Assim é forçoso concluir que o prazo definido, de 10 de março de 1995, na Instrução SEFA nº 14/95 para que o contri-

buinte se beneficie da redução da exação tributária, não atende as normas superiores, a lei, pois o prazo determinado para quitação do IPVA, em parcela única, é aquele consignado pelo DETRAN.

O item "1", da Instrução Secretarial veio a exorbitar a delegação concedida pelo Legislativo do Paraná.

Os prazos regulamentares não podem ser encurtados, porque a dilação dos mesmos está previsto em lei, se constituindo em direito líquido e certo dos contribuintes do IPVA, para o exercício de 1995.

Isto posto, somos de parecer que a Instrução SEFA nº 14/95 - IPVA ou qualquer outra que altere o constante da TABELA III, da Instrução SEFA nº 13/94 - IPVA é manifestamente ILEGAL, passível de ser questionada ante ao Judiciário.

Em suma, o constante do item "1" da Instrução SEFA nº 14/95 é ILEGAL.

8. Além de ilegal, a Instrução da SEFA, publicada, em 07 de fevereiro do ano corrente, por reduzir o prazo de pagamento do IPVA em cota única, vem, também incorrer em INCONSTITUCIONALIDADE.

9. Inexiste cinzãneas na doutrina e na jurisprudência, quanto ao entendimento de que a redução dos prazos para recolhimento de imposto, indiretamente, enseja um aumento na carga tributária.

No caso, para alguns contribuintes, a redução do prazo é de mais de 9 (nove meses).

10. Havendo aumento da exação tributária, dever-se-á atender os princípios de ordem constitucional, da ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA e o da ANTERIORIDADE, entre outros.

11. Em referência ao princípio da ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA, temos que ficou evidenciado que a Instrução da SEFA do Paraná, extrapolou os parâmetros definidos pela lei que lhe delegou poderes, aprovada pelo Órgão competente para instituir e aumentar os tributos, com isto, além de ser ilegal, veio a contrariar o letrado no inciso I, do art. 150, da Constituição Federal, que expressa:

" Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado..., aos Estados....:

I - exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;"

Se a lei estabelece de modo diverso do que definiu a Instrução, fica evidenciado que esta não atende ao princípio da ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA, e, por tal, incide em flagrante INCONSTITUCIONALIDADE.

12. Mas, a Instrução da SEFA incorre em mais uma INCONSTITUCIONALIDADE, pois contraria o princípio da ANTERIORIDADE, consignado na alínea "b", do inciso, III, do mesmo art. 150, da Lei Fundamental do

Brasil, ao lettrar:

" Art. 150. ...

III - cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;"

Ora, a Instrução é apêndice da Lei Estadual nº 8925/88, ou seja, tem força de lei, tanto que veio a determinar prazo para pagamento do IPVA, estribado nesta lei.

Ocorre que a Instrução foi publicada em 07 de fevereiro de 1995, alterando a data para pagamento (prazo) do IPVA para o exercício financeiro de 1995 e, com isto, desatendeu, insofismavelmente, o determinado da Lei Maior.

13. Ao alterar o prazo de recolhimento do IPVA, reduzindo-o, a Instrução da SEFA, enseja reflexos negativos no patrimônio do contribuinte, pois esta a definir indiretamente, um aumento do tributo, em detrimento de todos os contribuintes.

ROQUE ANTONIO CARRAZZA, in "Curso de Direito Constitucional Tributário", 4.ª edição, 1993, Malheiros Editores, na pág. 127, sobre o assunto, explicita e ensina:

"4. O princípio da anterioridade e a alteração das formas e de prazos de pagamento de tributo

O princípio da anterioridade impede, também, que, em meio a um exercício financeiro, venham a ser alteradas com reflexos negativos ao patrimônio do contribuinte as formas e prazos de pagamento do tributo. Isto ocorreria, por exemplo, se a lei do exercício em curso estabelecesse..., em prazos mais exíguos (v.g. primeiro dia útil do mês, quando a lei anterior se referia a último dia útil do mês).

Deveras, a Constituição, em seu art. 150, III, "b" não veicula uma formalidade meramente sacramental, sem qualquer vantagem prática. Pelo contrário, ela confere ao contribuinte a garantia efetiva de que só deverá pagar o tributo nos termos, prazos e nas formas previstas na lei que vigia a cabo do exercício anterior.

...

É fato que a Constituição Federal não prescreve, com todas as letras, que a lei indica o modo pelo qual o pagamento do tributo deve ser realizado há de estar vigorando no exercício financeiro anterior. Esta inferência, porém, é espontânea, até porque as normas jurídicas devem ser interpretadas mais por seus fins, pelas razões que nortearam sua edição (ratio juris) do que pelas palavras que as integram.

...

Sabemos que o dia 31 de dezembro de cada ano foi erigido, pela Constituição, no marco temporal máximo, dentro do qual ainda se pode, validamente, alterar o modo de pagamento do tributo que será cobrado no próximo exercício financeiro. Sua

transcorrência importa em preclusão.

Por isto tudo, estamos convencidos de que o princípio da anterioridade não é respeitado, se a lei no exercício financeiro em curso reduz prazos de pagamento do tributo ou...

A propósito, Geraldo Ataliba, Cléber Giardino e Aires Fernandino Barreto, em parecer conjunto, endossam nosso pensar: "(...) a garantia patrimonial que a Constituição dá não é meramente formal ou nominal. Ela é substancialmente material. O que afinal importa e está no cerne das garantias em matéria tributária é o quantum a ser desembolsado pelo contribuinte: é o montante de sua diminuição patrimonial.

'Ora, esta estipula em termos legais predeterminados: o pagamento é do montante X e nas condições a e b, nos prazos c e d. Quer a Constituição que o contribuinte saiba antecipadamente tudo isso. É seu direito, constitucionalmente garantido, pagar tal montante nos prazos legalmente estabelecidos. É que, econômica e financeiramente, são coisas diversas pagar a vista e a prazo, pagar duas ou em dez vezes. Assim assumem igual importância a proteção do direito de só pagar o montante devido e pagá-lo nos termos da lei, isto é: nos prazos e condições legais.

Enfim, no curso do exercício financeiro não podem ser alterados os critérios de determinação do montante do tributo a pagar de modo a influir, negativamente, no patrimônio do contribuinte".

Pelo supra contido, fica manifesto que a Instrução não atendeu o que dispõe a alínea "b", do inciso III, do art. 150, da Constituição Federal, sendo portanto, obstinadamente INCONSTITUCIONAL.

14. Do todo exposto, torna-se premente concluir que o ITEM "1", da INSTRUÇÃO SEFA Nº 14/95-IPVA, é indubitavelmente:

a) ILEGAL, porque veio a exorbitar o poder de regulamentar, extrapolando os limites definidos na delegação legislativa, concedida por esta Casa de Leis; e,

b) INCONSTITUCIONAL, porque vem a contrariar os princípios definidos na Lei Magna, no art. 150, inciso I, da ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA e no art. 150, III, "b", da ANTERIORIDADE.

15. Por assim o ser, entendemos que este Legislativo, deverá tomar as providências que estão a exigir a Constituição do Estado do Paraná, especificamente, o inciso XXVII, do art. 54, que está a asseverar:

" Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXVII - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;"

16. Na sustação da INSTRUÇÃO DA SEFA, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, terá de se utilizar do procedimento inerente ao DECRETO LEGISLATIVO, previsto no inciso IV, do art. 63, da Lei Fundamental do Estado e nos termos do que dispõe o § 3º, do art. 122, do seu Regimento Interno.

É o nosso parecer,
Salvo melhor entendimento.

Em 22.02.95

(a) AIMORÉ OD ROCHA"

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 021/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei n° 11.058, de 25 janeiro de 1995.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de lei tem por objetivo revogar a Lei n° 11.058, de 25 de janeiro de 1995, que revogou a Lei n° 9.661, que autorizou o Governo do Estado a desapropriar o imóvel onde funciona a Escola Estadual Ermelino Matarazzo.

Tal medida, se faz necessária, tendo em vista que o estabelecimento que viria absorver a demanda escolar da 2ª fase do 1º grau não tem espaço físico para tal, ficando assim, necessário a utilização do prédio onde se encontra hoje a Escola Ermelino Matarazzo.

Salientamos que a maioria dos estudantes que ali estudam são oriundos de famílias de baixa renda e que a extinção da 5ª e 8ª série, implicará em desistências futuras, em virtude que a localização do colégio mais próximo, o Estadual Moysés Lupion, ficar a uma distância de mais de dois quilômetros da região.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI N° 022/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica incluído no parágrafo único do art. 2º, da Lei n° 11.027, de 29 de dezembro de 1994, o Município de "Adrianópolis".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Entende este parlamentar que Adrianópolis, com área territorial limítrofe aos demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, deve, pelas características que apresenta, ser incorporado à citada região metropolitana.

PROJETO DE LEI N° 023/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Pais e Amigos dos Talassêmicos (APPAT), com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente entidade de pais e amigos de crianças portadoras de Talassemia, inconformados com o índice de mortalidade dessas crianças, causada pela falta de informação, diagnósticos e tratamento adequado, criaram em 08 de junho de 1991 a APPAT.

A APPAT não pode ser considerada pela sociedade paranaense como uma simples Associação, mas sim como um órgão que está relacionado diretamente com a vida, e com a vida futura do Estado do Paraná (AS CRIANÇAS).

A APPAT vem desenvolvendo um rigoroso tratamento que consiste em transfusões de sangue periódicas (em média 20 em 20 dias), uso da DESFEROXAMINA, para eliminar o excesso de ferro acumulado no organismo de seus pacientes, além de consultas médicas, exames de laboratório e outros procedimentos que precisam ser tomados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de talassemia.

Sendo assim, nos empenhamos juntamente com a APPAT nesta luta, certos de que conseguiremos o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação desta matéria.

PROJETO DE LEI N° 024/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de Ubiratã, com sede e foro na comarca de Ubiratã Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor,

na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação HOSPITALAR do Trabalhador Rural de Ubiratã, é uma entidade constituída pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubiratã e está localizada na Rua: Benjamim Constant, 1567, sendo que a sede é de propriedade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, havendo mudado a razão social no ano de 1989, passando de Hospital do Sindicato para Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural, iniciando de fato suas atividades em 01.09.91.

Tem a Fundação por finalidade, atender aos trabalhadores rurais, familiares e dependentes, dando assistência hospitalar, ambulatorial, desenvolvendo ainda campanha que visem à educação sanitária do trabalhador rural, mediante palestras, cursos e programas radiofônicos.

Objetivando a integração da comunidade e das entidades públicas e particulares para melhoria do índice de saúde do trabalhador rural.

PROJETO DE LEI N° 025/95

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É proibida a comercialização, em todo o território paranaense, de brinquedos de armas de fogo que dispõem projéteis através de pressão, bem como aqueles com características de armas verdadeiras.

Art. 2° - O não cumprimento desta lei, sujeitará os estabelecimentos comerciais e vendedores autônomos à multa, apreensão do produto e interdição do estabelecimento ou atividade sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal.

Art. 3° - As sanções administrativas previstas no artigo anterior, poderão ser aplicadas cumulativamente.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O lamentável acidente ocorrido recentemente em nossa Capital, no qual um adolescente perdeu a visão de um olho em decorrência de um disparo de arma de pressão, sensibilizou a sociedade paranaense,

corroborando para a iniciativa do presente Plano de Lei.

Há alguns anos, a Delegacia de Armas, Munições e Explosivos vem apurando os riscos de tais brinquedos. Ficou comprovado tecnicamente que os projéteis com alto poder de pressão são extremamente perigosos e desaconselháveis.

Quanto aos brinquedos de armas de fogo idênticos aos verdadeiros, constatou-se que está sendo usado por assaltantes, na tentativa de descaracterizar o delito, uma vez que o ato é praticado mediante arma de brinquedo.

Valé mencionar que, conforme foi noticiado por veículos de comunicação escrita paranaense de maior confiabilidade, esta proibição já existe em outros Estados da Federação.

Por acreditarmos na conveniência da presente medida, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 026/95

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

Das Disposições Transitórias

Art. 1° - Para os efeitos desta lei, considera-se resíduos qualquer lixo, refugo, esgoto, lodo, borra, misturas oleosas, lastro sujo, água de lavagem de tanques e outros materiais que devem ser descartados de uma embarcação ou removidos de uma instalação costeira.

§ 1° - Entende-se como "outros materiais" qualquer substância ou material resultante da operação ou emprego, na embarcação ou instalação costeira, como:

a) óleo residual da casa de máquinas;
b) mercadorias contaminadas por agentes poluidores que as tornem impróprias para consumo normal;

c) pelas substituídas e sobras de materiais empregados em manutenção preventiva ou corretiva de embarcações ou de equipamentos de instalações costeiras.

Art. 2° - Os resíduos são classificados em:

I - Resíduos perigosos;

II - Resíduos não perigosos.

§ 1° - Resíduos perigosos são aqueles que apresentam as características definidas pela regulamentação da presente Lei.

§ 2° - Os critérios e procedimentos para o manuseio dos resíduos perigosos serão estabelecidos pela mesma normatização referida no parágrafo anterior.

§ 3° - Resíduos não perigosos, são todos os demais resíduos que não se enquadram como resíduos perigosos, como: resí-

duos de alojamentos, de cozinha e refeitório de embarcações; lixo industrial que não apresente qualquer risco à saúde ou de combustão espontânea e outros resíduos que sejam comprovadamente não perigosos.

CAPÍTULO II

Do Objetivo

Art. 3º - Esta lei tem por objetivo principal estabelecer, e fazer com que sejam cumpridos, procedimentos e critérios para que as operações de navios, portos, terminais, oleodutos submarinos e costeiros, indústrias litorâneas, plataformas de exploração de petróleo, estações de tratamento de esgoto na costa, emissários submarinos e demais instalações potencialmente poluidoras, situadas próximas da costa, apresentem menor risco de poluir o mar litorâneo do Estado do Paraná e, quando o fizerem, disponham de recursos humanos e materiais suficientes para o combate à emergência.

CAPÍTULO III

Do Licenciamento Ambiental

Art. 4º - Os portos, terminais, plataformas fixas ou móveis, canteiros de fabricação de plataformas, estaleiros e demais instalações que manipulem ou armazenem petróleo e seus derivados, como refinarias e campos de produção de petróleo, próximos do litoral, deverão possuir sistemas de prevenção e controle de derrame de óleo, na água e no solo, instalação receptora para lastro sujo e água de lavagem de tanque, e seus projetos deverão ser submetidos ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, para análise e julgamento, antes da solicitação da Licença de Operação.

Art. 5º - Os portos, terminais, estaleiros, bem como as plataformas marítimas e demais instalações que manipulem petróleo e seus derivados e que já estejam em funcionamento na data da publicação desta Lei, deverão submeter ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, os projetos referidos no artigo anterior, cuja implantação não deverá passar de 06 (seis) meses.

CAPÍTULO IV

Do Licenciamento Ambiental para Operação de Navio

Art. 6º - O Licenciamento Ambiental para Operação de Navio será documento indispensável ao início das operações de cada navio, em porto, terminal ou estaleiro do Estado do Paraná e constará de:

I - Declaração de conformidade Ambiental - DCA, e

II - Termo de Compromisso Ambiental - TCA.

§ 1º - Os documentos enumerados nos incisos acima, devidamente preenchidos, deverão ser carimbados e visados pela autoridade licenciadora.

§ 2º - O Licenciamento Ambiental para Operação de Navio será regulamentado em 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO V

Das Fontes Geradoras dos Resíduos

Art. 7º - São consideradas, para efeito desta lei, como fontes geradoras dos resíduos, as embarcações e as instalações costeiras.

§ 1º - Os resíduos perigosos terão suas características reconhecidas aplicando-se os métodos indicados na regulamentação da presente lei, e como tal deverão ser tratados.

§ 2º - Caberá à fonte geradora fornecer as informações necessárias à classificação do produto.

§ 3º - Os resíduos não perigosos deverão ser selecionados e dispostos, adequadamente, para destinação final.

§ 4º - As embarcações deverão possuir sistema apropriado para selecionar e dispor seus resíduos, que deverão ser descartados, somente em instalações terrestres.

§ 5º - As instalações costeiras deverão contar com sistemas adequados para receber, selecionar e dispor seus próprios resíduos e os das embarcações que nelas operem.

§ 6º - A disposição final de um resíduo será feita de acordo com critérios estabelecidos pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

§ 7º - Os resíduos não biodegradáveis deverão ser incinerados em instalações aprovadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

CAPÍTULO VI

Do Controle dos Resíduos

Art. 8º - O Controle dos resíduos perigosos será feito mediante documento próprio que conterá, no mínimo, o seguinte:

I - número, em ordem crescente;

II - nome, logotipo, endereço, telefone e código de identificação da fonte geradora (CIF);

III - nome, endereço, telefone e código de identificação do transportador licenciado (CIT);

IV - nome, endereço, telefone e código de identificação da instalação licenciada (CIL), designada para recebimento dos resíduos e da instalação alternativa, se houver;

V - descrição e identificação dos re-

síduos, de conformidade com as normas vigentes no País para transportes de produtos perigosos ou outras que venham a ser estabelecidas por órgãos competentes;

VI - quantidade total de cada resíduo em unidade de peso ou volume, número e tipo de "containers" colocados no veículo transportador;

VII - outras informações que venham a ser exigidas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 9º - Os resíduos não perigosos obedecerão aos seguintes critérios de controle:

I - todos os resíduos deverão ser registrados em documento próprio que indique:

a) número do documento em ordem crescente, local e data do seu preenchimento;

b) nome, logotipo, endereço, telefone, nacionalidade e identificação da fonte geradora e do seu responsável;

c) descrição, identificação e quantidade total de cada classe de resíduo e do "container" em que estiver acondicionando;

d) outras informações que venham a ser exigidas pelos IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

II - o documento deverá ser preenchido em 03 (três) vias, ficando uma com o emittente (responsável pela fonte), outra entregue à instalação costeira receptora e a última encaminhada ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 10 - A instalação costeira receptora dos resíduos será responsável por sua destinação final, devendo para isto providenciar:

I - adequada armazenagem dos resíduos, até a remoção para a destinação final, em depósitos e locais antecipadamente aprovados pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

II - transporte dos resíduos para destinação final, devendo:

a) fornecer ao transportador um documento (documento de transporte e destinação final dos resíduos) em que estejam identificados os resíduos e indicados os cuidados para o seu manuseio, bem como o seu destino final;

b) exigir do transportador recibo de entrega dos resíduos;

c) obter uma declaração de que o resíduo chegou ao seu destino;

d) o transporte deverá ser feito em veículo adequado, com todos os dispositivos de segurança necessários, e sinalização convencional.

III - o arquivamento por 01 (um) ano, a partir da data da emissão, de toda documentação referida neste Artigo.

CAPÍTULO VII

Do Campo de Aplicação

Art. 11 - Esta lei é aplicável aos portos, terminais marinhos, canteiros de fabricação de plataformas, estaleiros, instalações de atividades petroleiras em geral, indústrias litorâneas, marinhas, clubes com atividades marítimas e todas as instalações com potencial de poluir o mar litorâneo do Estado do Paraná.

CAPÍTULO VIII

Das Instalações Costeiras

Art. 12 - Assim são denominadas, para efeito desta lei, todas as instalações industriais, de lazer ou particulares, que estejam situadas nas bacias hidrográficas litorâneas e junto às águas costeiras do Estado do Paraná.

Art. 13 - Os portos, terminais, marinhas, estaleiros, canteiros de fabricação de plataformas e indústrias litorâneas que operem navios e demais instalações portuárias, deverão dispor de serviços e facilidades para o recebimento dos resíduos e misturas oleosas existentes a bordo das embarcações que neles aportam, bem como do lixo e de todo o material que deva ser descartado em terra.

Art. 14 - Todos os portos, terminais e demais instalações portuárias, como definido nesta lei, deverão dispor de recursos humanos e materiais, bem como de Plano de Contingência, adequados e suficientes a um primeiro combate a eventuais emergências, particularmente a derrames de óleo no mar.

Art. 15 - Os estaleiros deverão ser providos de instalações e serviços para receber todos os resíduos que permaneçam na embarcação que a eles se destinem.

Art. 16 - Os resíduos dos portos e das embarcações que neles operem deverão ser, obrigatoriamente, selecionados e enviados à destinação final específica, conforme normas e critérios estabelecidos pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 17 - Os resíduos gerados em instalações portuárias, estaleiros e canteiros de fabricação de plataformas, deverão ter destinação final em conformidade com as normas vigentes em acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Art. 18 - Os resíduos que apresentam grau de perigo deverão receber atenção especial e tratamento conforme condições estabelecidas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 19 - Em caso de derrame, vazamento ou deposição accidental de óleo, em trato d'água ou solo, as operações de limpeza e restauração da área e bens atingidos, assim como a destinação final dos resíduos gerados, serão de responsabilidade do porto, terminal, embarcações ou instalações em que ocorreu o incidente, e obedecerão os requisitos do IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 20 - É proibido, salvo licença especial do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, a queima dos resíduos de qualquer natureza, a céu aberto.

Art. 21 - É proibido o lançamento de qualquer tipo de resíduo no mar litorâneo do Estado do Paraná e em seus ecossistemas.

Art. 22 - Deve ser regulamentada, ouvido o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, a utilização de resíduos cujo destino, finalidade, seja o solo ou alimentação de seres vivos.

Art. 23 - Os projetos específicos de coleta, seleção, transporte e destinação final de resíduos oriundos de embarcações ou da própria instalação portuária, bem como sua implantação, operação e manutenção ficam sujeitos a licenciamento e fiscalização do IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 24 - Os projetos de tratamento e destinação final deverão contemplar, obrigatoriamente, a implantação de programas de controle e eficiência.

CAPÍTULO IX Das Embarcações

Art. 25 - Assim são denominadas, para efeito desta lei, todas as construções destinadas a navegar sobre água, incluindo-se, além dos navios, os barcos de recreio como iates e lanchas, as plataformas fixas e flutuantes, rebocadores e barcos de serviço.

Art. 26 - As tripulações das embarcações deverão ser instruídas no sentido de evitar o lançamento de resíduos ao mar, providenciando para que os mesmos sejam convenientemente acondicionados para seu descarte em instalação terrestre.

Art. 27 - O comandante da embarcação é o responsável pelo cumprimento dos procedimentos previstos nesta lei, respondendo civil e criminalmente pelos atos que venham provocar danos ao meio ambiente marinho ou a propriedade de terceiros, em con-

sequência do descumprimento desta lei.

Art. 28 - Sempre que uma embarcação transportar produtos perigosos para portos ou terminais do Estado do Paraná, deverá seu comandante, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, comunicar ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná - e a Capitania dos Portos as características do produto perigoso, sua quantidade e, se necessário, indicar as providências a serem adotadas para garantir uma operação segura.

Art. 29 - Enquanto a embarcação estiver operando em porto ou terminal, todos os resíduos, inclusive os esgotos sanitários, deverão ser descarregados em instalação receptora terrestre ou, não existindo tal instalação, deverão ser retidos a bordo para alijamento futuro em condições adequadas e previstas em lei.

Art. 30 - É proibido o emprego de produtos químicos no controle de eventuais derrames de óleo, devendo-se nestes casos, providenciar a contenção do produto derramado, seu recolhimento e envio a destino adequado.

Art. 31 - Quando se proceder a lavagem de tanque que tenha contido substância perigosa que possa criar riscos à saúde humana ou à vida marinha, o efluente resultado da operação deverá ser descarregado em uma instalação receptora, enquanto apresentar concentração da substância perigosa acima dos limites considerados seguros para descarte no mar.

Art. 32 - O comandante ou agente de navegação deverá notificar ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, sempre que uma embarcação encontrar qualquer dificuldade para descartar em terra seus resíduos.

Art. 33 - É terminantemente proibido alijar no mar litorâneo do Estado do Paraná qualquer produto fabricado com material plástico, bem como qualquer espécie de lixo, incluindo-se produtos de papel, vidro, metais, louça doméstica, tábuas e materiais empregados em embalagens.

Art. 34 - Os restos de alimentos, quando previamente triturados de modo a passar por peneira com malha de vinte e cinco milímetros, poderão ser lançados ao mar a uma distância de pelo menos 10 (dez) quilômetros da costa.

Art. 35 - Sempre que ocorra um acidente ou uma situação de real perigo de acidente que envolva a embarcação, deverá o

comandante comunicar prontamente o fato ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 36 - Quando, por motivo de segurança de embarcação ou de seus tripulantes, for necessário adotar uma medida que contrarie a presente lei, deverá o fato ser comunicado com a máxima urgência.

Art. 37 - Deverão ser tomadas as providências necessárias para que não ocorra imobilização ou retenção necessárias da embarcação, pela aplicação de procedimentos previstos nesta lei.

CAPÍTULO X Das Penalidades

Art. 38 - A não observância dos procedimentos previstos nesta lei, será considerada falta gravíssima e sujeitará o infrator às penalidades previstas nas Legislações Municipal, Estadual e Federal em vigor.

Art. 39 - Além das penalidades que lhes forem impostas, deverá o infrator ressarcir todas as despesas relacionadas com a falta cometida, tais como: limpeza, dragagem, transporte e alimentação do pessoal envolvido, custos administrativos, recuperação ou substituição de equipamentos, materiais e roupas utilizados.

CAPÍTULO XI Das Disposições Finais

Art. 40 - A presente lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias pelo Poder Executivo.

Art. 41 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI N° 027/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Rural dos Campos Gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 08 de dezembro de 1977, a Sociedade Rural dos Campos Gerais tem por finalidade congregar pessoas físicas e ju-

rídicas, profissionais ou entidades, direta ou indiretamente ligadas à agricultura e à pecuária, orientando-se em seus interesses, atividades e aspirações comuns.

Para a consecução de seus objetivos, a referida Sociedade vem promovendo a assistência aos seus associados, orientando-os em todas as suas atividades rurais, além de defender os direitos e interesses da classe perante o Poder Público, as demais classes, entidades e opinião pública em geral.

Além dessas atividades, durante todos estes anos, a Sociedade tem promovido a difusão do ensino técnico-pecuário e técnico-agrícola, promovendo cursos, palestras, conferências, simpósios, seminários, congressos e programas de especialização nas respectivas áreas, inclusive com a concessão de bolsas de estudo.

PROJETO DE LEI N° 028/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Casa da Terceira Idade Irmã Dulce, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 03 de fevereiro de 1.992, A CASA DA TERCEIRA IDADE IRMÃ DULCE, é uma sociedade civil que tem por finalidade amparar idosos carentes, zelando por sua segurança, saúde e bem-estar, bem como o aproveitamento de suas aptidões profissionais como forma de lazer.

Desde a sua criação, a entidade vem prestando assistência a cerca de 60 idosos carentes, fornecendo alimentação, lazer, higiene, instrução, medicamentos e assistência integral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos no início de um novo Governo em nosso Estado. Nos causou estranheza e mesmo preocupação notícia veiculada no Jornal "A Folha de Londrina" de domingo, 26 de fevereiro, relacionada à construção de obras do Canal extravasor do Rio Iguaçu.

A notícia tem os seguintes termos: "O Governador Jaime Lerner anunciou com euforia o início das obras do canal extravasor

do rio Iguaçu, mas não explicou direito como foi feita a contratação das seis empreiteiras que tocarão a obra. Justificou apenas que acionou as empresas disponíveis por se tratar de ação emergencial."

Tem gente perguntando porque dispensar licitação numa obra tão cara, oito milhões de reais, se o canal extravasor só vai evitar as enchentes do próximo verão.

Preocupado com essa notícia estamos entrando com requerimento pedindo informações ao Exmo. Senhor Governador do Estado nos seguintes termos: (Lê):

"REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer informações sobre a contratação de empresa de engenharia para a execução das obras do canal do Rio Iguaçu.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

1) Informar se houve ou não contratação de empresa de engenharia e/ou de construção para a execução das obras do canal de alívio das cheias do Rio Iguaçu;

2) Em caso afirmativo, informar se tal contratação se deu segundo as normas legais para licitação de obras de engenharia;

3) Caso tenha havido licitação, anexar cópia do edital, do orçamento-base, das propostas apresentadas pelos licitantes e da decisão da comissão julgadora da licitação.

4) Caso tenha havido dispensa de licitação, apresentar a justificativa escrita, com citação dos dispositivos legais em que se embasou tal decisão; e

5) Apresentar cópia do contrato celebrado com a empresa de engenharia e seus anexos obrigatórios (projeto, especificações, orçamento e cronograma físico-financeiro).

Sala das Sessões, em 06.03.95.

(a) PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
Deputado Estadual (PT)

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas são necessárias para subsidiar estudos que estamos realizando sobre as enchentes do rio Iguaçu.

Pelo que conhecemos do problema das enchentes da região metropolitana de Curitiba, mais propriamente na bacia do Rio Iguaçu, entendemos que a solução de tal problema grave diz respeito não apenas a uma obra mais uma série de obras de engenharia, e também ao reassentamento de um grande número de famílias que estão morando nesses locais. Apesar de que a nova lei de licitação estabelece a possibilidade de contratar empresas sem concorrência quando

se trata de obra emergencial, nós temos sérias dúvidas que essa obra possa ser caracterizada emergencial ao ponto de não poder esperar 40, 50, no máximo 60 dias, para fazer os procedimentos licitatórios normais como é de praxe nessas questões.

Entendemos que é perigoso, se for verdade, a informação que nos passa o Jornal "Folha de Londrina", repito, entendemos que é perigoso um Governo já em seu início contratar uma obra num valor de oito milhões de reais sem fazer concorrência pública, dando margem aquilo que os Parlamentares, o movimento social desse País não se cansa de anunciar, estabelecendo já de início suspeição sobre a atitude do Governador do Estado. Esperamos que isso não tenha acontecido, por isso entramos com esse requerimento para que no prazo legal o Senhor Governador nos informe a nós e a Bancada do Partido dos Trabalhadores para que possamos, com mais profundidade nos posicionar sobre assunto de tamanha importância.

Era o que tínhamos na tarde de hoje.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados.

Inicialmente uso a Tribuna deste Poder Legislativo, para saudar os Senhores Parlamentares, para cumprimentar os Deputados eleitos pelo povo do Paraná e para esta Casa de Leis vêm trazendo sentimento de esperança, sentimento de progresso que o nosso Paraná vivenciou e quer continuar vivenciando. Quero neste período Legislativo poder travar aqui neste Parlamento um relacionamento fraterno e leal, visando sempre os interesses maiores do nosso Estado do Paraná.

Senhor Presidente, hoje o assunto que nos preocupa e que não preocupa tão somente a nós, mas preocupa sobremaneira toda a região Oeste do Paraná, em relação a questão da Universidade do Oeste - UNIOESTE - todos nós sabemos Senhor Presidente que o Estado do Paraná é o Estado sacrificado com o ensino público universitário, é o Estado que mantém a Universidade de Londrina, a Universidade de Maringá e Ponta Grossa, e que agora também a Universidade do Oeste.

Uma Universidade conquistada graças ao empenho, à dedicação, ao esforço de todo povo bom, trabalhador do Oeste do Paraná, independentemente das questões partidárias, independentemente de grupos, de cores, foi uma luta de todas as pessoas de bem, das entidades classistas e dos polí-

ticos de forma geral.

O que nos preocupa é que a Universidade do Oeste do Paraná reconhecida pela Portaria nº 1784 do dia 23/12/94 pelo Ministério da Educação e do Desporto, hoje tem o seu vestibular de Medicina, Odontologia, Engenharia, questionado pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação Professor Ubaldo Martine Pupi, isso faz com que os estudantes, milhares de estudantes que se inscreveram, normalmente para o concurso vestibular que está programado para ocorrer nos próximos dias, se preocupem em função de que, das notícias que o Presidente do Conselho Estadual de Educação, deixa vazear na imprensa, diz o Presidente do Conselho Estadual de Educação que a Universidade do Oeste não tem autonomia para implantação desses cursos, e que o concurso vestibular não tem validade alguma, trazendo transtornos, trazendo preocupação.

Queremos saber, Sr. Presidente, se a Portaria do MEC, se a ação do Governo do Estado que reconheceu a Universidade do Oeste, tem ou não valor, se o Estatuto da Universidade do Oeste tem ou não valor, quando naquele documento legal, se prevê que a Universidade do Oeste tem autonomia para criação dos Cursos conforme plano de Ação aprovado pelo Governo do Estado do Paraná e aprovado também pelo Conselho Estadual de Educação sobre o Parecer nº 137/94.

É preciso que haja um discurso, é preciso que se corrija estas distorções, é preciso que se eleve através de uma orientação e é preciso que o Conselho Estadual de Educação se refina para discutir e para dar, de uma vez por todas, uma palavra que possa levar a toda a população estudantil do oeste do Paraná a tranquilidade que está a exigir do Conselho Estadual de Educação, que insiste em querer criar dificuldades para que a Universidade do oeste possa ter os seus cursos aprovados já, como já disse, e em funcionamento ainda no ano de 1995.

Quero pedir aqui o apoio desta Assembleia Legislativa do Paraná que nunca se omitiu, que sempre esteve presente oferecendo o seu ombro amigo e o seu apoio aos interesses maiores do nosso Estado. Quero pedir aqui o apoio dos Senhores Deputados, para que possamos oferecer o respaldo necessário, para que lá no oeste do nosso Estado, aquela região produtora, aquela região que também quer ter o seu ensino público estadual de 3º grau, o seu ensino público em 3º grau, garantido como foi através da Portaria do MEC e através do reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação e através da aprovação pelo governo do Estado, do plano de ação da UNIOESTE para o período 95/99, inclusive

já com recursos orçamentários previstos para a implantação destes três cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia.

Quero, Senhor Presidente, ter para esta questão, o apoio desta Casa, dos Senhores Deputados, dos Deputados que representam o Oeste do Paraná. Entre outros aqui, destacamos o Deputado Edgar Bueno de Cascavel, que também tem esta preocupação, o Deputado Irineu Colombo de Medianeira, o Deputado Sâmis da Silva, de Foz do Iguaçu, o Deputado Sérgio Spada, o Deputado Elío Rusch, o Deputado Duílio Genari, todos do Oeste que também sentem neste instante a preocupação e os problemas que têm causado este questionamento impossível do Presidente do Conselho Estadual de Educação que quer fazer o retrocesso, que quer criar embaraços para que a UNIOESTE possa oferecer à juventude do oeste do Paraná, os cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia, já com vestibular marcado e que serão garantidos com certeza, porque já foram aprovados e nós, e a Universidade do Oeste não irá dar vazão, não irá dar ouvidos ao Presidente do Conselho Estadual que está a serviço não sabemos de quem.

Era isso, senhor Presidente. Queremos contar com o vosso apoio e com o apoio desta Assembleia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quero emprestar solidariedade ao Deputado Moura. Realmente as declarações do Presidente do Conselho de Educação não correspondem à verdade e até pretendem desmoralizar uma instituição que o Estado está criando.

Conte V.Ex.^a, e tenho a certeza de que a Assembleia também repudia a atitude do Presidente do Conselho Estadual de Educação. Pode acontecer até o seguinte: que esse Conselho, exorbitando das suas funções seja extinto a exemplo do que foi feito com o Conselho Federal.

Com a palavra o Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero registrar aqui também o meu total apoio ao reconhecimento que fez o Conselho de Educação do Estado do Paraná, através do Senhor através do seu Presidente, por unanimidade no dia 5 de agosto de 1994 reconhecendo a Universidade.

Portanto, através desse reconhecimento e também do reconhecimento do MEC, no dia 7 de dezembro de 1994, venho aqui externar o meu apoio a esse reconhecimento e dizer que a UNIOESTE é hoje uma Universidade autônoma, ou seja, tem autonomia própria e por isso nós queremos aqui deixar a nossa preocupação com as últimas colocações do Presidente do Conselho Estadual de Educa-

ção querendo trazer problemas para a nossa Universidade.

Lá se inscreveram mais de nove mil estudantes para fazerem o vestibular e nós temos a disputa hoje de mais de 80 vagas por um e por isso queremos deixar aqui registrado o nosso protesto contra essas manifestações que vem trazer grandes prejuízos ao oeste do Paraná e a nossa UNIOESTE.

Portanto, já estou solicitando uma audiência com o Presidente do Conselho Estadual de Educação para que explique aos Deputados que queiram nos acompanhar qual a verdadeira situação e por quê dessas colocações que trazem prejuízos à nossa região.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o meu apoio ao pronunciamento do nosso Deputado Nereu Moura da região oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dr. Rosinha com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Antonio Belinati que requisitou o guarda-chuva. V. Exa. não quis votar em mim para Presidente da Assembleia porque não conhecia a realidade.

Srs. Deputados, estou aqui para levantar algumas questões a respeito dos servidores públicos estaduais do Paraná.

É sabido dos Srs. que ao longo da história do Brasil os servidores públicos foram vítimas das políticas salariais que eram estabelecidas para entrar em vigor em relação ao setor privado. Desde que foi criada a lei do reajuste semestral, quando todos os trabalhadores do setor privado tinham direito a esse reajuste o servidor público não tinha direito ao reajuste semestral. Quando criou gatilhos salariais, as URPs nos recentes pacotes econômicos, o servidor público nunca foi atendido com essa política salarial que era válida ao setor privado. Isto ocorreu ao longo da história um violento achatamento salarial de todos os servidores públicos, seja da União, dos Estados ou dos municípios. Isto vem acompanhado pela ausência total, da ausência de uma política salarial para os servidores públicos.

Foram raros os municípios ou raros os Estados que ofereceram aos seus servidores uma política salarial com data base definida e com política de reposição de perdas. No nosso Estado a data base estabelecida no Governo Álvaro Dias foi totalmente desrespeitada no Governo de Roberto Requição, apesar de estar válida porque esta Casa derrubou um Decreto do Sr. Governador que declarava aquela lei não válida. Decreto Legislativo desta Casa coloca hoje a existência da data base para 1º de junho, lei que está em vigor, que esperamos que o atual Governo cumpra e negocie com

as entidades representativas dos servidores uma política salarial e que contemple essa política a reposição das perdas ao longo da história.

Espero, com sinceridade, que não se repita no atual Governo o que se repetiu no Governo anterior e que infelizmente, inclusive, no mês de dezembro o comportamento desta Casa de Leis ao impedir uma política diferenciada que sempre foi votada aqui e dando um achatamento salarial para todo mundo com uma política de reposição linear de 16% para os de baixo, enquanto os de cima, Promotores, Desembargadores, Secretários de Estado, todos perceberam 26%, enquanto os de baixo receberam somente 16%, isto em dezembro, no Governo Mário Pereira, por uma ação da Bancada que naquele momento apoiava o Governo recém eleito, Jaime Lerner, sem que este tivesse assumido o Palácio Iguaçu, uma Bancada de sustentação a ele já contribuiu com esse tipo de achatamento salarial.

E hoje, andando dentro de setores do serviço público do Estado, fala-se que para esse mês virá uma proposta de reposição salarial de 13% e mais 13% no mês que vem.

Esperamos, que apesar de ser pouco, que isso se concretize dando esse total de 26%. Mas por outro lado fala-se que quem ocupa cargo de confiança e Secretários de Estado terão uma proposta de reajuste superior a 100%. Se isso for verdade, ou se vier se concretizar, eu digo: o Governo na sua primeira ação pública de recuperar o setor público e o salário dos servidores públicos, ele já vai levar o desânimo e a desesperança de todos os servidores.

A perda salarial nos últimos oito anos está próxima a 500%, sabemos que é impossível para um Governo repor isso. Mas um Governo não pode contribuir que essas diferenças sejam mantidas, que essas diferenças continuem. Portanto o reajuste que foi enviado para cá não tem que vir para favorecer um setor que ocupa cargo de confiança, mas sim que seja linear de acordo com aquilo que a Bancada do PDT e a Bancada que apoiou Jaime Lerner na candidatura votou aqui no mês de dezembro neste Parlamento.

Espero que seja mantida aquela coerência colocada aqui em dezembro quando tentou-se reajuste diferenciado e aquele grupo de Deputados não permitiu que isso fosse feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra Deputado Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ouvimos o eminente Deputado Rosinha que durante a sua trajetória nesta Casa tem se preocupado de perto, e todos nós somos testemunhas, de que o funcionário público do Estado deveria ter uma atenção melhor dos governos que passaram e do Governo que agora está iniciando a sua administração.

Nós, na Legislatura passada, fomos tomados de surpresa nesta Casa quando após quatro anos daquela administração não fizeram quase que nada em favor do funcionário público do Paraná. E no apagar das luzes, mais precisamente na última semana de reuniões desta Casa, veio aquele Governo, através de uma Mensagem, fazendo com que aquilo que deveria ter sido feito gradativamente e num sentido paulatino para não onerar o erário público do Estado, fez com que nós, conscientemente, não a Bancada de sustentação ao novo Governo que iria tomar posse no dia 1º de janeiro, como tomou na pessoa de Jaime Lerner, mas os Deputados conscientes desta Casa, aqueles que sabem diferenciar realmente a demagogia política, a oportunidade do momento, a sinceridade de propósito; daqueles que realmente querem fazer com que as coisas bem feitas sejam elas aprovadas no interesse da família do funcionário e do interesse da família do Paraná. E nós, conscientemente, Deputado Rosinha, votamos contra porque não era oportuno aquilo que estava sendo endereçado a esta Casa.

Nós que defendíamos, como defendemos o funcionário público do Estado e o funcionário público deste Poder que ganha um salário miserável, mas não seria numa atitude demagógica no final de um Governo que teve quatro anos para arrumar a Casa e não arrumou, em uma semana querer recuperar os quatro anos. Jaime Lerner tem uma política salarial que os Senhores deverão de ser testemunha nesta Casa. Nós vamos gradativamente devolver ao funcionário público aquilo que lhe foi tirado, nos próximos quatro anos aqui virão as mensagens de encontro com a razão, com a consciência e principalmente com o comportamento do erário público do Estado, dando uma amostra do equilíbrio racional da atual administração deste Paraná.

Por isso agora, quando aqui vem um Senhor Deputado, por ouvir dizer de que os funcionários públicos terão um aumento, e de que os Secretários terão outro, os cargos de confiança, por ouvir dizer antecipadamente vem ele aqui a condenar a administração que está iniciando neste Estado.

Óra, Senhores Deputados, acredito que aquilo que o Deputado Péricles ali fez, um pedido de informações de sua assessoria, elaborado pelo Diretório do PT, por toda retaguarda que possui os Senhores Deputados do PT, com referência a uma obra que

está sendo iniciada. É lógico, esta Casa merece saber, o Paraná haverá de ser no dia de amanhã testemunha de tudo aquilo que Jaime Lerner, num sentido transparente faz com a administração do Estado. E lá estarão as respostas que o Deputado realmente pede, aqui estará o Líder do Governo, Deputado Algeci Túlio, em mãos trazendo aquilo que realmente este Poder precisa, deve e necessita saber em torno da administração.

Mas Senhores Deputados, quando ouve dizer alguma coisa, vem um Deputado antecipadamente aqui na Tribuna e diz, por um conto vago, ou por uma fada insistente de uma varinha mágica, vem ele antecipar e condenar o Governo do Paraná.

Vamos parar, porque não precisamos mais de teatro, nós vamos precisar de uma administração séria e de Deputados competentes que realmente tragam ao Paraná a sua posição, mesmo sendo ideológica, mas uma posição séria e competente.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à Tribuna nessa tarde trazer a essa Casa uma inquietação que veio das ruas, mas que sobretudo é uma inquietação que consegui identificar ao conversar com ilustres Senhores Deputados preocupados com aqueles que assumem posturas e contrariam interesse da nossa população.

Por isso, Senhor Presidente, inspirado num documento que para mim fará história nesse Parlamento, que foi o seu discurso na instalação dessa Legislatura. Um documento que muito apropriadamente tem como título "Poder Legislativo, única fonte legítima da Lei", de autoria do eminente Deputado Anibal Khury. Diz em certo trecho o Deputado Anibal:

"O momento é oportuno, também para balizarmos as linhas de atuação desta Assembleia Legislativa, no contexto da revalorização da instituição representativa como expressão final da soberania popular:

Entre as funções geralmente associadas às Casas representativas, os pensadores citam a elaboração das leis, a representação do povo, a articulação e agregação de interesses, a socialização e educação políticas, e a supervisão e fiscalização dos negócios públicos.

Todas funções igualmente relevantes, diz o professor Joseph La Palombara, mas a primeira delas foi e continua sendo a de elaboração das regras gerais a que chamamos "lei".

Por que, "pelo simples fato de existir, a legislatura cria a idéia de que o povo está representado", o que legitima o funcionamento do Estado democrático, na visão daquele autor."

Palavras do nosso eminente Presidente Deputado Anibal Khury.

Por isso, meus ilustres companheiros, Deputados e Deputada Estadual, diz ainda o nosso Presidente: "Conforme advertia Montesquieu, "a própria virtude tem necessidade de limites" e "só o poder limita o poder".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o ilustre Secretário da Fazenda do Governo do Estado, no último dia 07 de fevereiro exorbitou das suas funções e prerrogativas, e fez com que fosse editada uma instrução normativa de nº 14/95 que exorbita a atribuição que lhe foi conferida ao ser empossado Secretário de Estado da Fazenda. Na verdade ele avançou sobre as prerrogativas desta Casa, com uma simples assinatura, jogar por terra a discussão e o trabalho dos Senhores Deputados da Legislatura passada que votaram a lei que regulamentava a cobrança do IPVA e infelizmente se fosse até uma exorbitância por qualquer que fosse, como aquelas que foram praticadas no regime autoritário, aquelas em que o Governante sozinho, num gabinete, numa única penada, como foi vítima, aliás o nosso Presidente Deputado Anibal Khury, numa noite de arbítrio da cassação política, da mesma forma se está aqui querendo na verdade, tirar, sacar, de cada pobre cidadão, que tem um automóvel, um veículo de transporte, um caminhoneiro, qualquer cidadão, ele tem pela atual lei que foi votada por esta Casa, porque as instruções da SEFA elas são apêndice da lei que foi votada, ele tem na verdade de acordo com uma tabela fixada pelo DETRAN, de acordo com o final da placa do seu veículo, o prazo para o pagamento do seu imposto que é o IPVA entre os dias 13 de março a 21 de dezembro.

Orá, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um Estado que tem, um milhão e setecentos mil veículos, como é o Paraná, faz com que possamos protestar, porque numa única penada o Senhor Secretário da Fazenda, determinou que o cidadão que queira pagar a sua parcela em cota única, que beneficiado hoje pela lei de ter uma redução de 30% no valor do seu imposto devido, ele tenha para poder se beneficiar da lei, tenha que recolher até o próximo dia dez desta semana, dez de março, a integralidade do seu imposto devido, que de acordo com o final da dezena do seu veículo, poderia ser paga até o final do mês de dezembro.

E a trapalhada Senhor Presidente, a trapalhada é tanta, que eles infelizmente

não se atentaram até os detalhes da lei, tanto que para o cidadão, os um milhão e setecentos mil contribuintes do IPVA no Paraná resolvessem pagar o imposto com a redução de 30%, pagando até o dia 10, teríamos todas as agências bancárias congestionadas, porque o cidadão tem que preencher uma GR-5, que é uma guia que é feita em caráter excepcional e que se criaria nesse Estado uma profunda desorganização, uma desordem, um atropelo para quem quisesse se beneficiar da redução de 30% do ICMS.

Por isso, Senhores Deputados, a nós aqui só compete uma única e exclusiva delegação que nos foi dada pelo povo e somos aqui os guardiões da lei. O guardião que luta para defender os interesses do nosso povo e o Senhor Presidente, ilustre Deputado Anibal Khury, homem que tem vivência e que sempre teve, ao longo da sua história, a característica fundamental de defender as prerrogativas deste Poder Legislativo, quero trazer aqui um projeto de decreto legislativo, assinado por mim e por uma expressiva maioria de Deputados desta Casa. Esse decreto legislativo, com base no artigo 54 da Constituição Estadual, pede que seja sustado o item 1 da Resolução 14/95, de 07/02/95 da Secretaria de Estado da Fazenda, porque não podemos ter outra atitude nesta Casa, senão guardar a lei, fazê-la cumprir, fiscalizar o Poder Executivo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encaminho à Mesa esse projeto de decreto legislativo e tenho a certeza que o Senhor Presidente, pela sua história pessoal...

O Sr. Eduardo Trevisan - Peço um aparte a Vossa Excelência.

(Assentimento)

Muito obrigado, Deputado Romanelli.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouço com atenção o discurso do nobre Deputado Romanelli e havia lido no Jornal "Folha de Londrina" as suas manifestações a respeito do IPVA cobrado sobre a propriedade de veículos automotores e pelo Estado do Paraná.

Procurei estudar o assunto, ainda que superficialmente e firmei algumas posições que tenho certeza, podem colaborar com o Deputado nos seus posicionamentos. O desconto de 30% oferecido pelo Estado para aqueles que pagarem o seu licenciamento até a data de 10 de março, é extremamente louvável do ponto de vista da organização orçamentária do Estado, porque ele estabelece uma data, dá um desconto extremamente benevolente àqueles que queiram assim proceder e não há nenhuma ilegalidade nesse procedimento. A lei concede ao Poder Executivo o poder de, através de resolução,

fixar uma data limite para o pagamento da parcela única com o desconto.

O que havia no passado talvez fosse, por parte dos governos, uma condescendência com os proprietários na fixação das datas dos finais das placas para o pagamento da parcela única com desconto de 30%.

Portanto, os argumentos do Deputado, de que o estabelecimento desta data fixa, vai abarrotar os bancos de contribuintes, vai gerar uma confusão no sistema financeiro, não procede, porque se fosse assim, por exemplo, o pagamento do IPTU em cima dos proprietários de imóveis urbanos, teria que ser feito de maneira diferenciada, quem sabe até pelo final do número da sua casa e assim não acontece. O pagamento do IPTU ou é feito em parcelas ou em parcela única com desconto significativo que atraia os contribuintes para pagar naquela data.

Então, entendo que por parte do Estado não houve nenhuma ilegalidade. Tenho certeza disso. A fixação de uma data única para que todos contribuam, respeita o princípio constitucional da isonomia, porque é independente do final da placa. Todos são proprietários de veículos e os princípios constitucionais de Direito Tributário são o da isonomia. É um dos mais importantes e o princípio da isonomia prega que aquele que tem um bem, paga o tributo na mesma data, independente do final da placa do veículo, a data única para contribuição do imposto, ela respeite esse princípio na sua plenitude.

Acho que o Estado agiu bem. O Secretário não cometeu nenhuma ilegalidade e muito pelo contrário, em gerar desorganização nos bancos por filas, os bancos tem que estar preparados para isto. O Estado até cumpriu uma exigência de organização administrativa financeira orçamentária, ao estabelecer esta data única para conceder o desconto de 30% até o dia 10 de março.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Na verdade queria, aproveitando as indagações que faz o Deputado Eduardo Trevisan, informar que o Estado não concede generosamente nenhum benefício ao proprietário de automóvel. Na verdade está regulamentado por lei. E o que temos que fazer cumprir neste País são as leis.

Isto, na verdade, é uma trapalhada. Está aqui. Se você quiser recolher, se o cidadão quiser recolher hoje, Senhor Deputado, se quiser recolher o imposto, tem que fazer uma guia especial porque não está disponível nos Bancos, como os talões do IPTU, que o senhor recebe na sua residência, o impresso próprio para o pagamento. É uma outra guia que é a GR-VELA (?),

que é a guia do recolhimento dos veículos.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados...

O SR. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, apenas para cumprimentar Vossa Excelência pela oportunidade de estarmos discutindo este assunto que é de maior importância não só para esta Assembléia, mas para todos os paranaenses proprietários de veículos automotores.

Quero acreditar que a Assembléia Legislativa do Paraná, no final do ano passado, quando votou a lei que regulamentava o IPVA para este ano, o fez entendendo que neste ano o comportamento do Poder Executivo, ou seja, do agente arrecadador, seria o mesmo de anos anteriores em que se permitiu esse benefício em todos os meses de acordo com o final da placa do veículo.

A Assembléia Legislativa foi mais longe e através da iniciativa da Bancada do PT naquela ocasião, Deputado Florisvaldo Fier, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, concedeu um benefício importantíssimo aos proprietários de veículos do Paraná, reduzindo em 33% o valor do IPVA para veículos utilizados em passeio. A proposta era de uma alíquota de 3% e a emenda da Bancada do PT naquela ocasião trouxe para 2%.

Um outro benefício proposto pelo Deputado Antônio Annibelli, de que veículos com 15 anos para mais não pagassem impostos, fossem isentos de impostos. Um outro benefício que a sensibilidade do político, do Parlamentar que vai no dia a dia no interior, nas suas bases, sente e tenta traduzir em lei como acabou sendo traduzido pela vontade maior deste Parlamento, ou seja, pela unanimidade dos Parlamentares que aprovaram tanto a redução de 2% na proposta do PT, como a proposta do nobre Deputado Antônio Annibelli.

Hoje estamos discutindo esta medida adotada pela Secretaria da Fazenda, que pode ter até algum respaldo, Deputado Trevisan, do ponto de vista de organizar as finanças do Estado, mas não deu ao contribuinte o necessário conforto, o necessário esclarecimento para que ele pudesse, como bem lembra o Deputado Romanelli, pagar isto até o dia 10 de março, porque nem recebeu os seus documentos, os indicativos para assim proceder.

E aproveito, Deputado, para mais uma vez alertar a esta Assembléia e dentro do assunto que Vossa Excelência traz, os jornais desta semana trazem o pronunciamento da ilustre Ministra Dorothea Werneck, dizendo justamente o contrário daquilo que dissemos nós os Parlamentares. Eles querem aumentar o imposto dos veículos mais antigos. A Assembléia Legislativa do Paraná

isentou, eliminou esse imposto porque entende que veículo mais antigo, veículo mais velho são veículos que têm um menor valor e portanto são aqueles que a classe pobre pode adquirir, quando pode. Agora vem a Ministra dizer que esses veículos deverão ter o seu imposto aumentado, numa demonstração clara que a única preocupação do Governo neste assunto é com o fator de arrecadação, o fator social em nada interessa.

Por esta razão, cumprimento Vossa Excelência, porque também aqui no Paraná, por aquilo que li, pelos estudos jurídicos que foram feitos, tenho certeza que Vossa Excelência está correto, e a medida também aqui no Paraná não vem de encontro ao social, vem de encontro apenas e tão somente ao mero interesse de arrecadação desse tributo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Deputado Orlando Pessuti. V. Exa. como ex-Presidente desta Casa e profundo conhecedor das leis veio abrilhantar de forma extraordinária a nossa argumentação.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Romanelli, levanto a V. Exa. na tribuna um assunto já levantado por essa Assembleia Legislativa, aliás, com manifestação expressa inclusive do Presidente deste Poder quanto a manutenção das prerrogativas do Poder Legislativo.

Ouvia eu um aparte do Deputado Trevisan à defesa da legalidade da medida da Secretaria da Fazenda quanto a regulamentação por portaria do pagamento do IPVA, data vênha não podemos concordar em hipótese alguma com essa argumentação porque jamais pelo princípio de hierarquia de lei uma portaria terá superioridade sobre uma lei. E a lei do IPVA no Estado do Paraná, ela é regulamentada pelo artigo 8º da Lei nº 8.925. E esse artigo 8º, depois de inúmeras alterações por esse Legislativo, ele hoje tem o teor em vigência, que me permite não ler todos os seus parágrafos e artigos, mas no seu inciso quarto ele diz como lei em vigência, no pagamento integral do imposto em parcela única, no prazo regulamentar será concedido uma redução de 30% do valor devido.

Isso significa o quê? Que quando se calculou o IPVA para se ter um benefício de que ele pagaria em três vezes, ou então pagaria a vista com uma redução de 30%, tanto faz o veículo com final 01, 02, 03 ou 10. Quer dizer, quem for pagar o seu IPVA em dezembro, desde que ele pague no ato em uma só parcela ele tem o direito assegurado pela lei de 30%.

Na continuidade a tabela do DETRAN, nobre Deputado, nela consta: IPVA 95, tabela de preços para o pagamento em cota única, ou da primeira parcela. E nessa tabela está definindo o seguinte: define os prazos de licenciamento dos veículos automotores que se iniciam em 13 de março até 21 de dezembro de 95 de acordo com a dezena final da placa.

Ora, o próprio DETRAN vai emitir os IPVAs para vencimento a partir do dia 13 de março, e a resolução está cobrando até o dia 10 de março o direito do usuário. Quer dizer, na verdade aqui está acontecendo tipicamente aquilo que num discurso que fiz questão de cumprimentar o Presidente da Casa quando da sua posse, uma usurpação dos Poderes, do Legislativo através de uma regulamentação. Estou lhe dando aqui rapidamente Deputado, um estudo feito que conclui da seguinte forma: do exposto torna-se premente concluir que item 01 da instrução SEFA nº 14/95 - IPVA, é indubitavelmente: A) ilegal porque veio exorbitar do poder de regulamentar, extrapolando os limites definidos na delegação legislativa concedida por esta Casa de Leis; B) inconstitucional porque vem contrariar os princípios definidos na Lei Magna no seu artigo 150, inciso I, da estrita legalidade tributária, e se no artigo 150, III, letra B, dá anterioridade. Quer dizer, não se pode, é fato elementar em política tributária, de que o imposto tenha o princípio da anterioridade, você terá que votá-lo sempre num ano para vigir o seguinte: jamais uma instrução pode mudar esse sistema, além do mais, todo o trabalho constitucional tenta mostrar o seguinte: sempre que se diminuir o prazo ou o benefício do pagamento do imposto a vista, os descontos, pelo outro lado está se aumentando o imposto, porque no instante que se tira o benefício daquele que for pagar em dezembro ou ele perde o benefício em dezembro ou terá que pagar seis meses antes para poder gozá-lo.

De modo que V. Exa. toca um assunto que interessa todas as Bancadas deste Parlamento com a afirmação do Poder Legislativo de cumprimento da sua Lei sem que uma instrução normativa da Secretaria da Fazenda venha tentar se sobrepor aquilo votado em Plenário deste Parlamento.

Meus parabéns!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana, o Sr. com sua experiência também contribui muito nesse Parlamento.

Queria, concluindo, Sr. Presidente, dizer que o que está em jogo, na verdade, hoje, é a autonomia desse Poder, é a capacidade de que fomos eleitos Deputados para representar o povo, sermos os guardiões da

Lei.

Queria concluir, Sr. Presidente, dizendo, como bem disse o Senhor, "só o poder limita poder". Está em suas mãos, Sr. Presidente a defesa das prerrogativas desta Casa de Leis.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta Projeto de Decreto Legislativo que determina a sustação, com base na Constituição Estadual de Instrução SEFA 14/95.

Esta Presidência determinou à Procuradoria desta Casa um Parecer sobre o assunto, e o Parecer é longo, vai ser anexado ao Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli que diz o seguinte: "Temos que a Instrução 14/95 da Secretaria de Estado da Fazenda não atende o disposto na linha "B" do Inciso 3º do Artigo 150 da Constituição Estadual, sendo por isso inconstitucional. Essa inconstitucionalidade aparece, quando a instrução contraria os princípios da estrita legalidade tributária e da anterioridade ditada pelo artigo 150 da Magna Carta. Outrossim, o item 1º da referida Instrução é legal porque exorbita o poder regulamentar do Poder Executivo conforme parecer anexo da Procuradoria do Estado."

Recebo a representação, e a encaminho à Comissão de Justiça para o Parecer dentro das normas estabelecidas pelo meu discurso de início da Legislatura e entendo que a Assembléia agindo assim resguarda os princípios legais e constitucionais. E advirto mais uma vez, todo ato que exorbita as funções de qualquer dos poderes será examinado pela Assembléia Legislativa que vai tomar as providências necessárias. O poder de legislar cabe exclusivamente ao Poder Legislativo Estadual.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PT. Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho a honra de me dirigir pela primeira vez ocupando o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores a esta Casa Legislativa. E me levo a fazer esse pronunciamento inicial manifestando uma preocupação com a questão da educação do Paraná mas especificamente a questão da Universidade do Oeste a UNIOESTE, já que na qualidade de Professor Primário, ex-Professor Estadual e agora Professor do Ensino Federal, licenciado, tenho que manifestar minha preocupação e ao mesmo tempo endossando as palavras do nobre Deputado Nereu Moura e a preocupação também do Depu-

tado, Sua Excelência Edgard Bueno, quando nós exigimos uma explicação de só agora o Conselho se manifestar embasado numa questão de qualidade do ensino superior de protestar e contestar a viabilidade de alguns cursos na Universidade do Oeste, especialmente no Curso de Medicina.

As alegações na qualificação do ensino nós podemos remetê-la toda ela a responsabilidade dos nossos Governantes aqueles que ocupam a posição do Executivo, se foi autorizado e na ocasião não foi questionada a qualidade de ensino e levando-se em consideração a argumentação, inclusive, de que na Universidade de Maringá já temos 28 médicos formados e no entanto não reconhecidos como tal, para exercer a profissão, devemos questionar o porquê então da liberação e não podemos mais começar a discutir a qualidade depois que o curso está liberado para o funcionamento, isto é tarefa que antecede qualquer parecer, que antecede o licenciamento para o funcionamento da universidade.

Sou um dos grandes batalhadores pela qualidade de ensino, quando se fala em qualidade de ensino, se deve falar primeiramente na qualidade da aula, ninguém fala em qualidade da aula, se fala em qualidade de ensino se remete ao espaço físico e ao salário somente do professor.

Por enquanto esse Governo não se manifestou em nenhum momento, nem quanto ao salário dos professores nem quanto a qualidade da nossa aula e por sua vez queremos ouvir, estamos querendo marcar uma audiência com o Presidente do Conselho Educacional do Paraná, capitaniados principalmente pelas Suas Excelências Edgard Bueno e Nereu Moura, para que ouçamos deles essa preocupação, se realmente é Programa Governamental, questionar a qualidade de ensino agora, queremos qualidade na nossa aula, nós queremos que o Estado crie mecanismos de fazer essa avaliação dos professores e da qualidade do nosso ensino, agora queremos que os cursos especialmente da região Oeste do Paraná, extremamente carente na oferta de ensino de 3º grau, seja atendido, porque isso não foi questionado apriori, está liberado, está assinado, e vamos fazer cumprir aquilo que se postou naquele momento, o Conselho Estadual, o nosso Governo do Executivo.

Então, Senhores, nesse momento cobram uma posição firme quanto a qualidade de ensino, que só é questionado quando vai se efetivar os cursos na UNIOESTE.

Está manifestada preocupação pela nossa região e principalmente de uma das linhas do nosso mandato pela nossa educação.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSC.

PDT.

PTB.

PFL.

Liderança do Governo.

Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos atentamente, os questionamentos levantados na Casa hoje, a respeito das obras do Canal extravasor iniciadas na semana passada e autorizadas pelo Governo do Estado Jaime Lerner.

Darei a resposta nos próximos dias, já que hoje estou dando entrada à Mesa da Casa, após colher 32 assinaturas, da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as possíveis irregularidades no Porto de Paranaguá. Desde que me conheço como político se fala no Porto de Paranaguá: desvios, manobras ilícitas, apropriações, incompetência no gerenciamento daquele tão importante órgão, fizemos aqui nesta Casa, há dois anos atrás, uma CPI que lamentavelmente não chegou ao seu final.

Tivemos muitas dificuldades. Lembro até quando lá estive, juntamente com o Deputado Mário Bezerra, com o Deputado Lourenço Fregonese, ouvindo algumas pessoas nas próprias dependências da APPA e sentimos um clima de terror direcionado a nós, Parlamentares. Na verdade, queríamos tão somente saber da verdade: o que é que existia, o que não existia a respeito de tanta coisa que se fala na questão do Porto de Paranaguá.

Infelizmente, aquela CPI não chegou ao seu final e volto agora, Senhor Presidente e pude constatar quando passei a relação de assinaturas aos Parlamentares, o desejo de praticamente todos os Parlamentares desta Casa, todos querem saber a verdade.

Ninguém está aqui nesta Casa para esconder as informações, de colocar ao crivo da justiça, quem deve e quem não deve.

Por esta razão estou dando entrada nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

"A Assembléia como já dizia e digo na minha justificativa, pela iniciativa de Parlamentares da então oposição, investigar as denúncias de irregularidades na administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, mas a então maioria governista, impediu que uma adequada investigação fosse realizada.

As denúncias levantadas pela imprensa, vão desde o sumiço de material, o aluguel de equipamento que não é utilizado, compra de material sem os devidos processos licitatórios, manuseio de vultosas verbas de propaganda para serem destinados a outras campanhas estranhas aos interesses portuários, além de polêmicos contratos de drenagem da bacia e a costumeira falta de planejamento nas ações administrativas da

APPA.

Por outro lado, sabe-se que uma verdadeira indústria de reclamações trabalhistas tem prosperado, fazendo com que as obrigações trabalhistas e previdenciárias daquela administração, constitua-se em verdadeira "caixa preta" tal é o volume das dívidas que a APPA, tem na Justiça Trabalhista.

A constituição de uma CPI, tem também como propósito não só apurar as irregularidades constatadas, mas levantar dados idôneos para conhecer-se a realidade da política portuária que vem sendo sustentada pelo Governo Estadual, como concessão federal destes serviços. A iminente conclusão da FERROESTE e a premente necessidade de modernidade do Porto de Paranaguá, não permitem mais que se façam investimentos sem que se tenha um processo transparente, para controle dos mesmos e comprovação de sua real necessidade. Ainda mais é imperioso, que como fiscais do povo, possam os Parlamentares, descobrirem a verdade sobre as condições de navegabilidade e assoreamento da Baía de Paranaguá. Somente por este aspecto justificar-se-ia uma CPI. Todavia, os novos tempos, também exigem que além da realidade que se queira conhecer, é imperioso que responsabilidades sejam apuradas, sem o que não serão corrigidas as distorções que se sucedem governo após governo com o Porto Paranaense.

Finalmente é de ser destacado que com a política de privatização, já anunciada e sendo elaborada pelo Governo Federal, deve o Paraná estar bem informado, quanto a questão da privatização dos portos, e também neste aspecto é rara a oportunidade que uma CPI, terá para investigar a questão e colocá-la em discussão nesta Assembléia. A importância do Porto de Paranaguá é indiscutível, mas no momento histórico em que o MERCOSUL passa a exigir uma estrutura ágil e suficiente para atender a crescente demanda, é também imperioso que os preços dos serviços portuários possam competir com a realidade internacional. Assim, só conhecendo as verdadeiras dimensões e problemas estruturais e administrativos dos nossos portos, estaremos em condições de decidir sobre os seus destinos.

Ainda há questão de 20 dias atrás acompanhando o Governador do Estado lá estivemos para testemunhar o primeiro desembarque feito pela FIAT através do Porto de Paranaguá.

Serão dois mil veículos numa primeira leva e passem, Senhores, a administração anterior do Porto de Paranaguá praticamente havia perdido esta possibilidade de angariar algum dinheiro, auferir alguma vantagem com os fretes porque respondia uma questão da FIAT, alegando que

não tinha estrutura para preparar um estacionamento para receber dois mil veículos da FIAT no pátio do Porto de Paranaguá.

Cabe aqui, neste momento, reconhecer a pronta intervenção do Prefeito de Paranaguá, Celso Torquato, que imediatamente questionado colocou o maquinário da Prefeitura à disposição do Porto, fez o serviço de terraplanagem e possibilitou com que há vinte dias atrás a FIAT desembarcasse dois mil veículos que agora terão novos desembarques, porque numa reunião com o Governador Jaime Lerner, Diretores da FIAT propuseram desde que o Porto tenha uma agilidade maior, tenha um espaço maior, o descarregamento ali de mais quatro mil veículos que irão atender a demanda desta marca em outros países como Argentina, Paraguai, o Chile e a Colômbia, tudo isto dentro do que caracteriza a ação do MERCOSUL.

É por isso que nós Parlamentares, temos que defender uma coisa nossa que é o Porto de Paranaguá, que lamentavelmente se não foi bem gerenciado em administrações anteriores, precisa, agora mais do que nunca, ganhar este tempo perdido urgentemente, quem sabe 8, 12, 16 anos perdidos têm que ser agora resgatados imediatamente em quatro anos sob pena de perdermos divisas porque já se utiliza hoje em função do alto frete no Porto de Paranaguá, já se utiliza o Porto de São Francisco do Sul, já se utiliza o de Itajaí, e já se utiliza o Porto de Santos.

O Paraná não pode perder esse grande desagudouro da sua produção. É preciso urgentemente que se recupere o Porto de Paranaguá.

E para justificar ainda mais essa CPI, alguns dados para alertar os Srs. Parlamentares e demonstrar da gravidade que se encontra o Porto de Paranaguá. São mais de duas mil ações trabalhistas que já chegam a casa de mais de 50 milhões de reais. Isto torna o Porto inviável. O Governo do Estado não pode sustentar uma máquina que não se sustenta pela inexperience ou pela ação mal feita por administrações anteriores. É necessário que se coloque um parâmetro nisto. Temos em mãos dois relatórios que fazem parte já até da CPI anterior: um do Tribunal de Contas do Estado e outro da Ouvidoria Geral do Estado, que neles já se consagram algumas irregularidades cometidas no Porto de Paranaguá.

Temos problemas seriíssimos de desvio de funções no Porto de Paranaguá, o sucateamento do Porto que exige imediata ação daquela administração e para ilustrar mais ainda na semana passada usuários do Porto de Paranaguá fizeram uma reunião lá em Paranaguá pedindo urgentes providências ao Governador Jaime Lerner com relação ao

Porto de Paranaguá, as melhorias, a modernização do Porto de Paranaguá, a informatização no Porto de Paranaguá, os remendos que se fazem necessários em guindastes, instalações elétricas, em fim, em toda a estrutura portuária.

Por esta razão, é que fazemos esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Há uma verdadeira caixa preta no Porto de Paranaguá, há um envolvimento, segundo os dois relatórios, das pessoas ligadas ao Porto de Paranaguá, nas questões trabalhistas em que o setor jurídico do Porto não correspondeu, não recorreu no momento exato, não colocou recursos na hora exata em função de algumas ações trabalhistas. E por esta razão chegamos hoje à casa de mais de cinquenta milhões de reais de indenizações trabalhistas, fora outras ainda que estão sendo dadas entrada agora na justiça do trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, faço essa justificativa à Casa pedindo a compreensão de todos. Não é uma CPI do Governo atual do Estado, mas quero crer que seja uma CPI desta Casa, de todos os Parlamentares que têm a obrigação de cuidar das coisas do nosso Estado, de cuidar daquilo que é necessário; da mesma forma que foi o Deputado Romanelli à tribuna pedir providências à Assembleia em relação a questão do IPVA. Podemos até discutir essa questão, mas é o papel do Parlamentar questioná-lo, e não queremos tirar o direito de ninguém. Por esta razão o Secretário da Fazenda dará explicação no tempo oportuno. Da mesma forma o requerimento de pedido de informações do Deputado Nerone a esta Casa com relação ao canal extravasor. Todas as explicações serão dadas dentro do momento oportuno que se fizer necessário.

O Sr. Nelson Justus - V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentar V. Exa. pelo pedido que incorpora a Mesa Executiva no sentido da CPI no Porto de Paranaguá, muito mais pelo aspecto jurídico que ela deve ter, essa CPI, do que pelo que possa se apurar de irregularidade dentro do Porto.

Que as irregularidades devam existir, sabemos que é muito possível que isso ocorra, mas o que é preciso é que esta Casa sinalize ao Poder Executivo os caminhos que devam ter o Porto de Paranaguá. E acho que esse é o papel mais importante da CPI, digo no aspecto jurídico, porque em alguns instantes o Porto age como uma empresa pública e em outros como uma empresa particular, daí o fato do Porto ter cem número de ações trabalhistas. Acho de vital importância que essa Casa aproveite essa oportunidade histórica de uma CPI no momento que tanto se fala da modernização

dos Portos em todo o País, que aproveitemos para sinalizar, principalmente sinalizar, o Poder Executivo dos caminhos que devam ser tomados dentro do Porto de Paranaguá e de Antonina.

Muito obrigado, Deputado Algaci.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado Nelson Justus.

Dizendo mais: que a dificuldade é tão grande no Porto de Paranaguá, que a atual administração está sem recursos até para pagar hoje a folha de pagamento dos servidores do Porto.

É uma situação caótica e que temos a obrigação, como disse o Deputado Nelson Justus, de sinalizar novos caminhos, com novas idéias, a maneira como se poderá recuperar o Porto de Paranaguá, que não é um papel tão somente do Governo do Estado, é de todos nós Parlamentares, que temos assento nesta Casa, a obrigação é de todos nós. Se o Porto vai mal, o Estado do Paraná vai mal, se o Banco do Estado vai mal, o Governo também vai mal e conseqüentemente todos nós.

Por isso, é a parceria. Foi exatamente o que o Governador Jaime Lerner colocou aqui no seu discurso: "Quero crescer junto com a Assembléia. Se o Governo fizer um bom papel, a Assembléia, como avaliadora, vai ter o seu devido reconhecimento."

Por isso, é obrigação de todos nós participarmos desse momento, de encontrarmos soluções, de apontarmos os possíveis culpados, porque também não podemos fechar os olhos para aqueles que locupletaram do dinheiro público, que se aproveitaram de uma engrenagem complicada do Porto de Paranaguá e tiraram proveito próprio.

É hora dessas pessoas pagarem no banco dos réus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou fazendo uso pela primeira vez da tribuna na Assembléia, porque envio à Mesa um pedido de informação ao Comando Geral da Polícia Militar.

Muito me estranha que um projeto que levou o nome de POVO - Policiamento Ostensivo Volante, vai sair das ruas. Sai de uma maneira velada mas sai. Sai porque é disposição do Comando Geral da Polícia Militar, a retirada dos telefones celulares das viaturas.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a retirada dos telefones celulares já aconteceu na Cidade de Londrina, a população de Londrina não tem acesso à viatura através do telefone celular móvel,

como ficou amplamente divulgado na mídia, até nacional. Em segundo passo, a população de Maringá já teve desativado também o telefone celular. E sabemos que polícia não é estado de espírito, sabemos que segurança, na verdade, é presença. E me causa espanto que esse mesmo processo de retirada do telefone celular venha acontecer agora em Curitiba nos próximos dias.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou pedindo informação ao Comando da Polícia Militar, e quero pedir aos Senhores, aos companheiros, aos Senhores Deputados das suas regiões que foram assistidas por esse sistema de policiamento celular, há uma série de razões e alegações para a retirada da telefonia celular das kombis, uma delas é que é muito caro, onera muito o custo-benefício. Ora gente, a população que anda desamparada de segurança não quer saber a questão uso-benefício, a população quer ter segurança, a população exige a segurança.

Então, Senhores Deputados, nós todos, como Deputados eleitos pela população, pelo povo, temos a obrigação de questionar, e já de antemão levei ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que será o Presidente da Comissão de Segurança, e eu, na condição de vice-Presidente que serei, já passei a ele minha preocupação com relação à retirada da telefonia celular móvel. Há uma série de alegações do lado da Polícia Militar, uma delas é que o custo-benefício não cobre. Ora, meus Senhores, se o custo-benefício não cobre, a questão toda está em torno do gerenciamento. A questão é gerencial, a população não pode ficar desprovida desse tipo de policiamento.

O Sr. Jocelito Canto (Aparte) - Apenas gostaria de destacar, nobre Deputado, que em Ponta Grossa, o Projeto POVO foi algo muito mal feito, não funcionou até hoje, há pouco tempo, tinha as viaturas lá paradas, esquecidas, e não funcionou, o próprio telefone celular que foi divulgado demorou a ser implantado em Ponta Grossa, houve uma demora, por isso o Projeto não funcionou.

Em Ponta Grossa, Vossa Excelência pediu para que as regiões falassem. O novo Comandante lá do primeiro BPM determinou que o projeto prosseguisse, mas com algumas mudanças e que o telefone 190 seja amplamente divulgado e que a população tenha mais acesso, por ser um telefone mais fácil, e que se mantenha o atendimento volante que é realizado. Em Ponta Grossa, a título de explicação, o Projeto POVO não funcionou, não se sabe qual o motivo, se faltou organização, mas lá em Ponta Grossa deixou muito a desejar, e agora, com a volta dos módulos acompanhados dessas viaturas, certamente teremos um bom desempe-

nho da Polícia.

É o que gostaria de deixar registrado, nobre Deputado, é que lá em Ponta Grossa não funcionou o Projeto POVO.

O SR. RICARDO CHAB - Deputado Jocelito Canto, se não funcionou em Ponta Grossa, repito, é uma questão de gerenciamento, única e exclusivamente. O que não se pode retirar é a condição de acesso que a população tenha à Polícia. Por exemplo, temos aqui uma explicação que recebi não oficial por parte do Comando Geral da Polícia Militar, que serão instalados agora, já, brevemente, 20 linhas telefônicas no 190. Ora, Senhores Deputados, se ligarem 50 pessoas ao mesmo tempo, só vinte delas serão atendidas.

Então espere um pouco, pode-se perfeitamente, para se preparar, para equipar o 190, porém não desativar o que está aí atendendo a comunidade. O que não podemos concordar em desativar, o que já é benefício da comunidade. Então, veja bem, ninguém está aqui negando, devemos ter e temos que ter ampliação do 190, pelo contrário, o que estamos questionando é o fato de termos e não usarmos.

Pergunto também aos Senhores Deputados, até no sentido que se leve essa preocupação para os grandes centros, pergunto o que será feito com os telefones celulares desativados, a que destino se dará isso.

Então o meu pedido de informação passa à Mesa e gostaria que cada Deputado da Região de Maringá, de Londrina, ouvisse inclusive a comunidade, porque aqui em Curitiba ouvi, e a conclusão que temos é que 90% da população hoje quer manter o telefone celular lá nas kombis, isso não podemos perder.

O Sr. Caíto Quintana - Permite-me um aparte, Deputado Ricardo Chab?

(Assentimento)

O telefone celular nas kombis do Projeto POVO, é uma ousadia, é um avanço. Vejo, por exemplo, as pessoas que residem em bairros mais distantes de Curitiba, que eventualmente têm um posto fixo de polícia, ou que tem uma viatura de polícia rondando pelo bairro. Mas veja a tranquilidade que pode ter uma família, quando ela eventualmente, sentindo que alguém está agredindo a sua casa, está tentando arrumar uma porta, ela tem a segurança de poder discar um número e forçosamente ter um policial dentro de uma viatura que vai atender imediatamente o chamado sem a pessoa precisar sair ou deslocar-se de casa.

Acho de suma importância o aspecto que levanta Vossa Excelência, de continuidade do projeto de telefone celular nos bairros, principalmente porque esse é o amanhã

da segurança pública, poderemos ter dificuldades de ampliar o sistema, sim, mas o amanhã será esse, todo cidadão dentro de casa, no instante que precisar da polícia, ter um número móvel daquela viatura, daquele policial, que está no seu bairro, para imediatamente se deslocar até lá e prestar o serviço.

Parabéns Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Obrigado.

Só gostaria de concluir e pedir ao Presidente, já estou enviando à Mesa, esse Pedido de Informação, ao Comando da Polícia Militar.

Não se pode retirar aqui que se deu a sociedade com tanta dificuldade, então repito, polícia não é estado de espírito, gente, polícia é presença, ou a polícia está ou não está na rua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 068/95, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, encaminhando a relação do nome dos Senhores Deputados, que passarão a integrar as Comissões Permanentes nesta Casa, como membros efetivos e suplentes. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Anibal Khury, Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão e demais Senhores Deputados, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para ocupar a Liderança do PTB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Senhor Deputado Cláudio Romaneli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legisla-

tiva.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do item 04 (quatro), da Ordem do Dia, Discussão Única da Proposição nº 112/94. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões da Proposição nº 119/94. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação para a Proposição nº 117/94, item 09 da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Rossoni, Élio Rusch e Cezar Silvestri, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 116/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 390/94. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

Os Senhores que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "Sim".

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas com a expressão "Não".

Após haver feito sua opção do voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobre-carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procederá a chamada para votação dos seguintes vetos:

Discussão Única (ao Projeto de Lei nº 220/94) da Proposição nº 106/94.

Discussão Única - da Proposição nº 111/94.

da Proposição nº 112/94.

da Proposição nº 113/94.

da Proposição nº 114/94.

da Proposição nº 115/94.

da Proposição nº 118/94.

Esses vetos enunciados serão votados de uma só vez.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 106/94. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 220/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que altera a redação do art. 1º. E o Parágrafo Único da Lei nº 9.363, que concede pensão especial à Senhora Miriam de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina.

OF/DTL/SAT nº 284/94

Curitiba, 28.11.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 244/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 220/94, por revestir-se de flagrante inconstitucionalidade, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 9.363, de 12 de setembro de 1990, que concedeu uma pensão mensal à Senhora Miriam de Oliveira Camargo Rodrigues, alterando o valor da dita pensão para 02 (dois) salários mínimos, atualizado sempre que houver reajuste salarial.

Embora meritória a preocupação do autor, nobre Deputado José Afonso Júnior, em procurar corrigir a questionada pensão, a solução proposta para tal fim inviabiliza totalmente a sanção do projeto, eis que atrela o valor do referido benefício ao salário mínimo, contrariando, desta forma, disposição do art. 7º, inciso IV, da Magna Carta Federal, que veda expressamente vinculações desta natureza.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 220/94, foi publicado no D.A. nº 76, de 14.06.94)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 109/94. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 330/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a realizar

revestimento asfáltico conforme especifica.

OF/DTL/SAT n° 306/94

Curitiba, 21.12.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 288/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 330/94, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a tomar as providências necessárias no sentido de promover o revestimento de asfalto primário no trecho compreendido entre o Bairro Monterrey, pela Rua Ladislau Bugalski, até a Rodovia dos Minérios, no Município de Almirante Tamandaré, em convênio com aquela municipalidade.

Embora louvável a pretensão do autor, nobre Deputado Erondy Silvério, o plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento porque implica em despesa não prevista na Lei de Meios, o que, indubitavelmente, incide em flagrante inconstitucionalidade, por ferir os mandamentos do art. 135, da Constituição Estadual.

Por oportuno, vale, ainda, ressaltar que, segundo informação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, não há qualquer referência naquele órgão, quanto a futura execução da citada obra.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 330/94, foi publicado no D.A n° 131, de 09.11.94 - 1.ª Disc.)

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 111/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 268/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a sede do Município de Sengês ao Município de Doutor Ulysses.

OFÍCIO DTL/SAT N° 324/94

Curitiba, 27.12.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 285/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da

Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 268/94, por julgá-lo inconstitucional pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a sede do Município de Sengês ao Município de Doutor Ulysses, no Estado do Paraná.

Embora reconhecida a preocupação do autor, nobre Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei em epígrafe não pôde ser acolhido por implicar em despesa não prevista na Lei Orçamentária, contrariando, desta forma, os mandamentos do Art. 135, da Constituição Estadual.

Vale, ainda, esclarecer que a Secretaria de Estado dos Transportes manifestou-se contrariamente à medida, asseverando que o referido trecho não oferece condições que permitam sua integração ao Sistema Rodoviário Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(Proj. de Lei n° 268/94, foi publicado no D.A. n° 91 de 01.08.94)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 113/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 327/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que dá nova redação ao Art. 2º e 3º, da Lei Estadual n° 9.141, de 07.12.89. (Doação de imóvel ao Município de Primeiro de Maio).

OFÍCIO DTL/SAT N° 020/95

Curitiba, 10.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 330/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 327/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação aos artigos 2º e 3º, da Lei n° 9.141, de 07 de dezembro de 1989, para desobrigar da cláusula de inalienabilidade a área designada por lote B, com 46.965,00 m2.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em exame decorre do fato de que a pretendida liberação de cláusula resolutiva desatende aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, em face do entendimento de que a finalidade específica

de uso prevista na Lei originária deverá ser mantida, e, caso alterada, tal imóvel reverterá automaticamente ao Patrimônio do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 327/94 foi publicado no D.A. nº 109 de 13.08.94)

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 114/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 050/94, de autoria do Deputado José Arthur Ritti, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa - EUPG, e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina-PR, objetivando a implantação de extensão do "campus" da UEPG no referido Município, conforme especifica.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 023/95

Curitiba, 11.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 391/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 050/94, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina, objetivando a implantação de cursos superiores naquele Município.

Ainda que reconheça a preocupação do autor, nobre Deputado José Arthur Ritti, em implantar cursos de terceiro grau, no citado Município, o presente Projeto de Lei não mereceu acolhimento em razão de informação prestada pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, que se manifestou contrariamente à sanção do mesmo, asseverando que, diante da atual conjuntura, tem sido evitada a abertura de cursos que impliquem ou não em criação de novas unidades de Ensino.

Ademais, a medida contém vícios de inconstitucionalidade em face da não previsão de recursos para seu atendimento e porque viria implicar em alterações na es-

truturação administrativa do Estado, ferindo, assim, os arts. 135 e 66, IV, da Carta Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 50/94 foi publicado no D.A. nº 14 de 08.03.94)

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 115/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 055/94, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a construção de um barracão nos municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes para a instalação de pequenas indústrias.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 024/95

Curitiba, 11.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 394/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 055/94, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a construir barracões com 1.000 m2, em municípios com menos de dez mil habitantes, destinados a pequenas indústrias e adota outras providências.

Ainda que louvável a preocupação do autor, nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, o plano de lei em referência não pôde merecer sanção em face de informação prestada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, de que não há previsão de recursos na Lei Orçamentária para 1995, para atendimento de despesas caso a medida fosse acolhida, fato este que demonstra sua flagrante inconstitucionalidade, porque afronta o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 055/94 foi publicado no D.A. nº 15 de 09.03.94)

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 118/94 - Veto aposto ao Projeto de Lei nº 053/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos servidores públicos e seus dependentes matriculados regularmente em instituições de ensino superior mantidos pelo Governo do Estado do Paraná.

Ofício/DTL/SAT nº 028/95

Curitiba, 13 de janeiro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 367/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 053/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo permitir transferência escolar, de servidor público estadual ou de seus dependentes, oriunda de instituição particular ou pública de ensino, deste ou de outros Estados, em qualquer época do ano e independente de existência de vaga, segundo as formas e critérios que especifica.

Ainda em que pese a preocupação do Autor, Nobre Deputado Paulo Maia de Oliveira, o plano de lei em referência foi submetido à apreciação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, que emitiu parecer manifestando-se contrariamente ao acolhimento do mesmo, argumentando que já existe ampla legislação, tanto em nível federal quanto na esfera do Estado, que tratam especificamente do assunto.

Por oportuno, vale ainda ressaltar que, se sancionado, o questionado plano iria gerar uma lei de difícil exequibilidade, tendo em vista que a demanda de vagas em todos os cursos universitários é atualmente de tão grande vulto, que dificultaria a absorção de novos alunos, principalmente nas condições impostas no projeto, ou seja, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 53/94 foi publicado no

D.A. nº 14, de 08.03.94).

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procederá a chamada dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Não consta da votação da Proposição 112/94, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 112/94? Está incluída no processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram quarenta e dois Senhores Deputados.

Designa uma comissão formada pelos Senhores Deputados Antônio Annibelli, Toti Colaço e Geraldo Cartário, para procederem a contagem dos votos.

Votaram quarenta e oito Senhores Deputados.

Dezessete com a cédula "não".

Trinta e um com a cédula "sim".

Mantidos os vetos 106, 109, 111, 113, 114, 115 e 118.

Votação para Proposição nº 117/94.

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 117/94. Veto aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 315/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/94, que cria o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED.

Ofício/DTL/SAT nº 027/95

Curitiba, 13 de janeiro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 373/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 315/94, por julgá-lo contrário aos superiores interesses públicos, pelas razões adiante expostas.

Dispõe o autógrafo sobre a criação, nos termos do art. 227 da Carta Estadual, do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Embora o Projeto de Lei em causa tenha sido proposto pelo Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem nº 104/94, de 30 de agosto de 1994, o mesmo não pôde mere-

cer acolhimento em face das emendas apresentadas e aprovadas por essa augusta Casa, que vieram a causar-lhe substanciais alterações, desvirtuando totalmente a proposta em sua versão original, a tal ponto de causar sérias dificuldades na atuação do Conselho, caso fosse acolhido o projeto, da forma como se apresenta.

Além dos motivos explicitados, o autógrafo apresenta impropriedade técnica em sua redação, inviabilizando totalmente a composição do Conselho. A citada falha técnica constitui-se na remissão feita pelo § 1º, do art. 3º, ao inciso II, do artigo anterior, observando-se que o referido inciso trata de assunto completamente diverso, ou seja, de uma das competências do Conselho e não sobre a escolha dos membros, como expressa o texto.

Convém esclarecer que o veto aposto não significa despreocupação do Governo em relação à matéria, que após reexaminada por órgãos técnicos do Poder Executivo, poderá ser submetida novamente à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 315/94 - com emendas, foi publicado no D.A. nº 136, de 22.11.94).

O SR. 1º SECRETÁRIO - procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados, para a votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, gostaria de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O item 9º da presente pauta, se refere a um assunto que foi por mim ampla e profundamente discutido quando ocupava o cargo de Secretário da Justiça e da Cidadania do Governo Roberto Requião.

Duas razões me levaram a me envolver com determinação na criação desse Conselho, que são as seguintes, Senhor Presidente:

Primeiro por uma questão de formação pessoal, sempre na política e até antes dela, sempre primei pela defesa do regime democrático e da defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana e

Segundo obviamente o que cabia a mim como Secretário, era meu dever encaminhar esta questão, já que no Paraná, lamentavelmente até então, continua até agora, não dispúnhamos de um Conselho de Defesa dos Direitos Humanos.

Foi um assunto profundamente discutido no âmbito do Poder Executivo e com a Sociedade Civil Organizada e que chegou evidentemente a esta Casa, aqui como é de praxe, é natural, o projeto foi alterado, foi emendado, para outros foi aprimorado e nós, no final da legislatura passada, concordamos com as pequenas alterações que foram a ele submetidas.

Agora nos causa estranheza em que pese compreendermos e sabermos como é que funciona o assessoramento ao Governador nas questões de veto, ao vê-lo vetado no seu todo, lamento, porque o Governador poderia muito bem, já que na sua exposição de motivos ele coloca as suas razões de veto, ter vetado, aquele ou aqueles dispositivos, segundo a sua orientação, estavam extrapolando às finalidades do referido Conselho, mas Sua Excelência optou por vetá-lo na sua integralidade, e tendo eu, então, discutido, analisado, me envolvido, essa é a questão...

Durante toda minha gestão como Secretário, depois como Líder do Governo nesta Casa, evidentemente que não poderia concordar com o veto, por essa razão é que faço um apelo a esta Casa para que derrube o veto, para que o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos seja aprovado, porque o Paraná é um dos poucos Estados que não dispõe de um Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e defesa dos direitos humanos - é algo muito amplo.

Não há nenhum de nós que não defenda a criação de um instituto como este. É a defesa da cidadania, é a colocação em discussão de questões básicas de direitos fundamentais da pessoa humana e o Paraná, infelizmente, tenho que reconhecer porque fiz parte de um governo, o Paraná não conseguiu criar este Conselho.

Foi um trabalho muito difícil e nós não podemos agora neste momento, no início de uma nova Legislatura, ignorarmos uma questão de maior relevância como esta.

Todos sabemos que com o advento da Constituição de 88, com o advento da Constituição do Estado em 89, a questão da democracia, da cidadania, dos direitos humanos como um todo, essas questões passaram a ser de conhecimento da sociedade e passaram a fazer parte do dia a dia da nossa sociedade e nós, como representantes do povo, não podemos de forma alguma, ficarmos indiferentes a uma questão como essa. A minha preocupação se esse veto for mantido, a minha preocupação é que o Paraná continue sem o Conselho de Defesa da

Pessoa Humana, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Temos assistido neste País, absurdos em todos os sentidos e é exatamente um Conselho como esse, um colegiado como esse que vai ser o fórum específico para ouvir a voz daqueles que não têm acesso muitas vezes à justiça, à voz daqueles que não têm acesso muitas vezes às autoridades constituídas. É esse Conselho que vai ter a independência para saber se fulano cometeu ou não cometeu um determinado crime, se fulano foi ou não foi obrigado a confessar a autoria de determinado crime, se a cidadania está sendo respeitada pelos mais diferentes órgãos dos Poderes da República, do Estado e dos Municípios, enfim, é um colegiado que vai nos proteger, proteger a nós como cidadãos, proteger a nós como chefe de família e nós, enquanto representantes da sociedade paranaense, não podemos nos furtar num momento como esse, não podemos nos omitir, não podemos, de forma alguma, deixar de dotar o Estado de um instrumento democrático de defesa, de princípios fundamentais como é esse conselho.

Foi por esta razão que como Secretário da Justiça, sentindo que não havia muito interesse na discussão da matéria, nós fizemos o possível e o impossível para, ao final da nossa gestão, deixá-lo, em forma de sugestão, ao Governador Requião, que o encaminhou a esta Casa, para que este Conselho fosse criado.

Por isso quero fazer um apelo aos Deputados que reflitam sobre as minhas palavras.

O Governador Lerner, disse aqui, num determinado momento, na sua justificativa, que o fato de ter vetado, não significa que ele seja contra a criação do Conselho.

É que um determinado parágrafo, que foi aqui introduzido, segundo o seu entendimento, desvirtuaria as funções do Conselho.

Particularmente discordo de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e reitero que ele poderia, já que ele tem esse entendimento, - que esse parágrafo desvirtua a finalidade do Conselho - por que não vetar apenas o parágrafo? Vetou o projeto na sua totalidade.

Então não poderia deixar de expressar aqui esse meu sentimento a respeito dessa matéria. Aprendi, durante esses cinco mandatos, uma coisa interessante: nós não podemos continuar a perder as oportunidades de dotar o Estado de instrumento e mecanismos indispensáveis à defesa da cidadania, porque poderemos amanhã não dispormos das mesmas condições para vermos os instrumentos democráticos de defesa da cidadania como é o caso desse Conselho im-

plementado em nosso Estado. E daí nós mesmos vamos ter vergonha da nossa própria omissão.

Por isso apelo a esta Casa para que derrubemos este veto, votando contra o veto, ao projeto, que praticamente é de nossa autoria, com base nas palavras que aqui coloquei e ao derrubarmos o veto nós estaremos votando com a cidadania, estaremos votando com a democracia, estaremos votando com as dezenas dos direitos fundamentais e coletivos da pessoa humana, seja ela quem for, e não estaremos desrespeitando Sua Excelência o Governador de forma alguma.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, o Governador Jaime Lerner não vetou simplesmente por vetar.

Vetou por uma ordem técnica dentro do projeto. Algumas emendas colocadas pelo Plenário da Casa tornaram a redação final desse projeto impossível de aceitá-la daquela maneira.

Devo garantir ao Plenário, a todos os Senhores Parlamentares, que o Governador Jaime Lerner já está preparando o novo projeto para encaminhar à Casa.

De maneira alguma o Governador estaria despreocupado com a questão dos direitos humanos. Muito pelo contrário. Sua Excelência sempre teve a maior preocupação neste sentido.

E este Parlamentar também foi um e tem sido um defensor dos direitos humanos.

Por esta razão estamos votando hoje e pedindo aos Senhores Parlamentares que votem pela manutenção do veto com a certeza de que num espaço bem curto teremos aqui o projeto encaminhado a esta Casa, do agrado, tenho certeza, de todos os Senhores Parlamentares.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o projeto de lei que estamos discutindo foi votado no final da Legislatura passada, recebeu várias emendas de Plenário, inclusive algumas emendas da Bancada do Partido dos Trabalhadores. E é justamente uma das emendas formuladas por nós e que passou despercebida na Comissão de Redação é que está sendo a razão do veto.

Queria levantar algumas questões: a primeira delas quero lembrar ao Deputado Algaci Túlio que durante a Legislatura passada nós analisamos vetos colocados pelo Governo no Conselho de Criança e do Adolescente e naquele momento aqueles vetos nós entendemos que vinha a prejudicar o Conselho uma vez que afastava a comunidade, a sociedade civil organizada das discussões dos problemas dos meninos e meninas de rua e naquela ocasião nós forma-

mos fileiros na mesma, atrás do mesmo muro, atrás da mesma proposta para que derrubássemos aquele veto.

Na Legislatura passada nós votamos e esta Casa aprovou o Conselho de Ciência e Tecnologia onde abria um espaço para a sociedade civil participar no Conselho. O Governador vetou e naquele momento a Bancada, hoje liderada por Algaci Túlio votou contra o veto porque não concordava que a sociedade civil não participasse. Agora é bastante semelhante. É um projeto de lei onde tem um conselho na qual foi a emenda apresentada pelo PT e nós reivindicamos e colocamos a sociedade civil presente naquele conselho e quem vetou foi o Lerner e agora a Bancada que sempre defendeu a participação da sociedade está querendo que seja mantido o veto afastando a sociedade da discussão.

Então, queria chamar a atenção para este fato e pedir para que derrubássemos o veto. A questão apresentada pelo Governador poderia ser vetado só aquele ponto e corrigido. Como nós podemos derrubar o veto e podemos apresentar por iniciativa das lideranças, a proposta de correção imediatamente a esse projeto de lei.

E é isso que sugerimos: derrubamos o veto e vamos manter o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, afinal no nosso Estado cresce a violência contra a mulher, cresce a violência contra o negro, cresce a violência nos órgãos públicos pelo mal atendimento a população, cresce a violência no trânsito. Enfim, é uma sociedade bastante violenta, e não podemos ficar adiando a criação desse Conselho para discutir essa questão de direitos humanos e defender os direitos humanos.

Nesse sentido é que conclamamos os Srs. Deputados, que não participaram da legislatura passada porque aqui não se encontravam, que votem para derrubar esse veto. E lembro esses Deputados e os anteriores o comportamento que eles tiveram naqueles momentos anteriores que acabei de citar, e conclamo a eles que mantenham aquela coerência que já tinha na legislatura anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação através da chamada do Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Votaram 46 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 46 Srs. Deputados.
Designo a Comissão anteriormente já

designada para constituir a Comissão es-crutinadora.

Votaram 46 Senhores Deputados. Com a cédula "NÃO", 32; com a cédula "SIM", 11; em branco, 3.

Rejeitado o veto. Mantido o Projeto.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 112/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 394/94, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que autoriza o Poder Executivo a criar através da Secretaria de Estado da Educação um Núcleo Regional na sede do Município de Arapongas-PR.

Sobre a referida Proposição, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 112/94. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões da Proposição nº 112/94.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 017/95

Curitiba, 10.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 332/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 394/94, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Estado da Educação, um Núcleo Regional de Educação, na sede do Município de Arapongas.

Embora reconhecida a preocupação do autor, nobre Deputado José Colombino Grassano, em torno do assunto, o Plano de Lei em referência não pode merecer acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que conflita com o art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador do Estado competência privativa para a propositura de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Não obstante a inconstitucionalidade apontada, a Secretaria de Estado da Educação, ouvida sobre a matéria, manifestou-se contrariamente ao seu acolhimento, argumentando que, em 1992, promoveu amplo estudo sobre a questão, que culminou com a criação de 08 novos Núcleos Regionais, descentralizando, de modo mais racional, as atividades pedagógico-administrativas da SEED, e que a criação de um novo órgão

do gênero implicaria em altos custos não previstos nas dotações orçamentárias da SEED, para 1995.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 394/94 foi publicado no D.A. nº 137 de 23.11.94)

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 116/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 390/94, de autoria dos Deputados Élio Lino Rusch e outros, que acresce e altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.933/89 (Lei do ICMS).

Sobre a referida Proposição, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Rossoni, Élio Rusch e Cezar Silvestri, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 116/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 390/94. **Aprovado.** Fica portanto, retirada da Sessão de hoje a Proposição nº 116/94.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 019/95

Curitiba, 10.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 392/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 390/94, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo introduzir alterações na Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 (Lei do ICMS), acrescentando um novo parágrafo ao seu art. 3º, mais uma letra ao inciso I, do art. 34 e dando nova redação ao § 3º, do mesmo art. 34, conforme especifica.

O projeto de lei em causa não foi acolhido tendo em vista sua inconstitucionalidade, por ferir os preceitos da Magna Carta, contidos nos artigos 146, inciso III, letra "a" e 155, inciso XII, letra "d".

A inconstitucionalidade da medida foi amplamente demonstrada pela Procuradoria-Geral do Estado, através do Parecer nº 01/95, cuja cópia autêntica segue em anexo, a fim de oferecer a essa augusta Casa o texto integral dos prisma nele enfocados, os quais constituem as razões fundamen-

mentais do veto ora aposto.

Por outro lado, reconheço a necessidade de uma análise mais aprofundada no sentido de que sejam adotadas medidas tendentes a compensar os municípios que se beneficiariam do presente plano de lei.

Assim sendo, informo a essa augusta Assembléia Legislativa que nesta data estou determinando a auxiliares diretos do meu governo, estudos e medidas legais que venham corrigir os eventuais prejuízos que a falta dos recursos previstos no projeto vetado trariam aos municípios interessados.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 390/94 foi publicado no D.A. nº 136 de 22.11.94)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 119/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 326/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 326/93, que institui o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual.

Sobre a referida Proposição, requerimento de autoria do Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões da Proposição nº 119/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 326/93. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões da Proposição nº 119/94.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 037/95

Curitiba, 17.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 392/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 326/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Seguro Agrícola, no Sistema Financeiro Estadual, com as finalidades que especifica, estabelecendo, ainda, normas para sua constituição e funcionamento.

Ainda que louvável a intenção dos nobres autores do projeto em causa, Deputados Ovídio José Constantino e Ernani Puddell, o mesmo não pôde ser acolhido em face de sua flagrante inconstitucionalidade, por colidir frontalmente com disposições

contidas nas Constituições Federal e Estadual, porque o art. 22, inciso VII, da Magna Carta, estabelece como de competência privativa da União legislar sobre tal matéria. Assim, o funcionamento de qualquer seguradora terá que se submeter ao conjunto de leis e normas aplicáveis ao Sistema Nacional de Seguros.

Por outro lado, o Plano de Lei contraria aos mandamentos dos artigos 66, inciso IV e 135, da Carta Estadual, que determinam, respectivamente, como sendo de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, e que vedam o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual. Neste aspecto vale salientar que, segundo informação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, não existem recursos previstos no orçamento do ano em curso, para atender as despesas decorrentes de tão vultoso empreendimento, além do que, não foram apresentadas quaisquer estimativas de avaliação financeira, quanto ao impacto das despesas à conta do Tesouro Estadual.

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restitua a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 326/93 foi publicado no D.A.nº 88 de 30.06.93).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 210, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 179, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 180, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 193, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 182, 183 e 184, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma requerida.**

Requerimentos nºs 178, 185, 186, 187, 188 e 189, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma requerida.**

Requerimento nº 192, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do ex-

pediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 181, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma requerida.**

Requerimentos nºs 194 e 195, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 200, de autoria dos Srs. Deputados Toti Colaço, Luiz Carlos Zuk, com apoio dos Srs. Deputados Nereu Alves de Moura, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Renato Adur e outros Srs. Deputados, constante do expediente. **Ao Autor, para indicar o número de membros.**

Requerimento nº 201, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **À C.C.J..**

A Mesa considera o Requerimento prejudicado, tendo em vista que admitiu que a Resolução do Dr. Miguel Salomão é ilegal e inconstitucional. **Será encaminhada a Comissão de Justiça.**

Requerimento nº 202, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TULLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 211, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miro Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 212-A, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tullio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o teor do requerimento gostaria que fosse repetido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encaminho a Vossa Excelência.

A Mesa informe aos Senhores Deputados que o autor requer a Comissão Parlamentar de Inquérito em caráter genérico, excluindo-se portanto o nome do ex-Governador.

A Mesa de acordo com o artigo 36, parágrafo 3º, 37 e 38, considera instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito. Solicita às Lideranças que após a publicação no Diário da Assembleia e no Diário Oficial dessa Comissão que indique os seus membros.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Vossa Excelência anunciou que a Comissão terá prazo de 180 dias.

O Regimento Interno no artigo 36,

parágrafo 3º diz: A Comissão que poderá atuar também durante o recesso Parlamentar terá o prazo de 120 dias prorrogável por até a metade".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa citou o artigo 36, que será de 120 dias. Requerimento nº 208, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma requerida.**

Requerimento nº 209, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 206, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Orlando Passuti, Luiz Carlos Zuk, Toti Colaço, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura e Luiz Carlos Martins, com apoio dos Srs. Deputados Cesar Seleme, Elío Rusch, Augustinho Zucchi, Cezar Silvestri e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 166, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

Ambos os Requerimentos tratam do mesmo assunto. A Mesa devolve ao autor para que o número de membros da comissão para ambos os Deputados requerentes.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - O Requerimento do Deputado Irineu Colombo já indica o número de autores e ele já ficou com votação adiada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Requerimento que proponho a esta Casa, Instituição do Conselho Parlamentar do Sul, visa atender a reivindicação de Vossa Excelência para que esses assuntos também fossem trazidos ao Plenário desta Casa. O que diz respeito ao Conselho Parlamentar do Sul na realidade ele já existe fruto de um protocolo firmado entre os Presidentes e a Assembleia do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, tendo inclusive já realizado diversas reuniões, muitas delas em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento do Sul, do qual participa os Srs., Governadores, tem já Regimento Interno aprovado e publicado. E entendemos nós que se trata de uma entidade que congrega os interesses dos quatro Estados que compõem o Cone Sul do nosso País. Nós estamos apresentando essa reivindicação juntos com outros Senhores Deputados para que nós possamos na Assembleia Legislativa, realmente do Paraná e nas outras Assembleias, discutir os assuntos que interessam à Região Sul. Com referência ao Requerimento de constituir uma Comissão especial do Mercosul, que teve a sua discussão adiada por nossa pessoa na Sessão anterior, nós entendemos tratar-se de um as-

sunto diferente, embora acreditamos que esta comissão especial do Mercosul poderia estar, como está funcionando no presente momento, dentro das atribuições hoje do Conselho Parlamentar do Sul. Entendo que nós poderíamos aprovar os dois assuntos, ou então esta comissão do Mercosul ser um ato do Conselho Parlamentar do Sul, designando uma comissão de Parlamentares para que cuidasse, dentro do Conselho Parlamentar do Sul das atribuições do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Deputado Orlando Passuti, todos os caminhos levam a Roma. Devolvo a V. Exa. o Requerimento para que coloque o número de membros e assim nós poderemos votar ainda hoje os dois requerimentos. Ambos os Requerimentos em votação têm o mesmo objetivo, não haverá prejuízo para interesse da matéria. Está aprovado.

A Mesa solicita aos Senhores Líderes que procedam a indicação de acordo com a representação. A Mesa alerta os Senhores Deputados que amanhã será o último dia para a indicação da Constituição das Comissões, e este prazo é improrrogável. Se não houver transformação ou indicação ou formação de bloco, ou de blocos, a Mesa vai agir de acordo com a representação partidária aqui nesta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à fora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 120, 121, 123, 124 e 125/94.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 058/95 conceder, a Marlene Aparecida do Vale, matrícula nº 40.018, funcionária desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, admitida em 05 de julho de 1979, exercendo o cargo de Psicóloga, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico e Odontológico, nos termos do Parágrafo Único do art. 247, da Lei 6.174/70, licença especial de seis (06) meses em virtude de não haver se afastado de suas funções durante o decênio compreendido entre 05 de julho de 1979 e 05 de julho de 1989, a partir de 12

de dezembro de 1994.

(Prot. n° 10.039/94)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 059/95
conceder, a Marli Terezinha Fantin, matrícula n° 41.057, funcionária desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, admitida em 01 de junho de 1988, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Protocolo Geral, nos termos do Parágrafo Único do art. 247, da Lei 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado de suas funções durante o 1° quinquênio compreendido entre 01 de junho de 1988 e 01 de junho de 1993, a partir de 15 de janeiro de 1995.

(Prot. n° 11.836/94)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 060/95
mandar pagar, a Maria Tereza Milek Xavier, viúva do ex-Deputado Estadual, Julio Rocha Xavier, falecido a 13 de dezembro de 1994, pensão mensal no valor de 1/3 (hum terço) do subsídio fixo de Deputado Estadual, de acordo com o art. 1° da Lei n° 4.763, de 05 de novembro de 1963, e art. 1° da Resolução n° 045/90, de 26 de junho de 1990.

(Prot. n° 12.932/94)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.02.95.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 145/95
conceder aposentadoria, a pedido, a Ronaldo Baptista, matrícula n° 430, ocupante do cargo de Procurador NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, inciso I, da Lei n° 6.174/70 e art. 11 da Resolução n° 52/89, de 21 de novembro de 1989, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo; verba de representação, conforme disposto no art. 3° da Lei n° 8.198, de 17 de dezembro de 1985; e, de acordo com o inciso IX do art. 37, da Lei Complementar n° 40, de 14 de dezembro de 1981; trinta e cinco por cento (35%) referente a sete (07) adicionais, observando-se, neste, o que dispõe o inciso XIV do art. 37, da Constituição Federal, resultando em proventos mensais no valor de R\$ 2.344,12 (dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e doze centavos), perfazendo o total anual de R\$ 28.129,44 (vinte e oito mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos).

(Prot. n° 795/95)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 146/95
conceder aposentadoria, a pedido, a Celi Eucles Galliano, matrícula n° 415, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, nos termos

do art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual; art. 140, inciso III da Lei n° 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes à Simbologia DAS-4, acrescidos de gratificação de representação, regulamentada pelo Decreto n° 4.640/89; cinco (05) triênios de acordo com o art. 4° e parágrafo 1° da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com a Lei n° 6.174/70, em seu art. 170, parágrafo único, calculados em conformidade com a Proposição n° 7.894/91 do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais de acordo com o art. 171 e parágrafo 1° da Lei n° 6.174/70, e art. 37, inciso XIV da Constituição Federal; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva de acordo com o art. 1°, da Lei n° 6.794/76, com nova redação dada pelo art. 6°, da Lei Complementar n° 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultando em proventos mensais no valor de R\$ 1.237,70 (hum mil, duzentos e trinta e sete reais e setenta centavos), e perfazendo o total anual de R\$ 14.852,40 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

(Prot. n° 11.687/93)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.03.95.

(ss) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIS CARLOS MARTINS - 1° Secretário

NELSON GARCIA - 2° Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.ª LEGISLATURA - 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 18.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Sr. Presidente Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Luiz Carlos Zuk, Arlindo Troian, Antonio Costenaro e Duílio Genari. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 445/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 01/95. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 446/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 002/95. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 447/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 003/95. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente

Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA N° 025/94-DG

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 025/94, da Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2°, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pes-

soal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria de Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Cintia Aparecida Pulner, indicada em Processo Disciplinar por Infringência ao Art. 293, inciso V, letra "b", da Lei acima enumerada ABANDONO DE CARGO para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

Publique-se, na forma da Lei.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(s) ANTONIO LOPES
Presidente da Comissão